

# CARACTERÍSTICAS GERAIS DA AGRICULTURA BRASILEIRA EM MEADOS DO SÉCULO XX

NILO BERNARDES

Geógrafo do CNG

## CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ECONOMIA AGROPECUÁRIA

É inquestionável a preponderância que cabe às atividades agropecuárias no conjunto da economia brasileira. Em rápido confronto, pode-se verificar que o valor da produção de vinte dos principais produtos agrícolas, não compreendida pois a pecuária, sobrepuja toda a produção industrial, tanto a extrativa vegetal e mineral, quanto a de transformação (136,2 milhões de cruzeiros para 116,7 milhões, em 1950)<sup>1</sup>. Estão em inteiro desacôrdo, porém, o grau de desenvolvimento atingido por essas atividades de base e sua importância relativa. Com efeito, o velho aforismo tantas vêzes mencionado — “o Brasil é um país essencialmente agrícola” — teve sempre sua razão de ser do ponto de vista quantitativo, mas, infelizmente, é inegável que em sentido qualitativo, pouco ou nada significa. A fragilidade de nossa economia agrária de modo geral, o aspecto deficitário que apresenta na sua maior parte, com baixos rendimentos e instabilidade da produção no tempo como no espaço, são problemas gerais que a ninguém escapam. Tais problemas, aliás, transcendem o campo econômico e se refletem, acen-tuadamente, no campo social e cultural, uma vez que interessam de modo direto à situação da maior parte da população brasileira, ligada como está às atividades rurais.

No campo da economia interna, os problemas da distribuição da terra e da produção agrícola assumem particular importância, porquanto o próprio surto industrial depende estritamente das divisas cambiais, proporcionadas quase exclusivamente pela exportação de produtos agrícolas. Por outro lado, importantes setores da nossa indústria dependem das atividades rurais para o suprimento de matérias-primas.

Entretanto, um dos aspectos que mais chamam a atenção, ao serem comparados os dois ramos da produção, é a sensível desigualdade no ritmo do desenvolvimento de ambos. Basta ver que, de 1940 a 1950, enquanto o número de pessoas que exercem atividade nas indústrias de

<sup>1</sup> Incidentalmente, observa-se que 33,6 milhões de cruzeiros no valor da produção industrial correspondem à classe de indústria de produtos alimentares, ou seja, de operações ligadas, diretamente, à produção agrícola e pastoril.

N.B. — Quando não houver indicação da fonte, os dados estatísticos aqui citados foram obtidos nos diversos volumes do *IV Recenseamento Geral do Brasil* — 1950 ou no *Anuário Estatístico do Brasil* — 1956, publicações do Conselho Nacional de Estatística — IBGE.

transformação aumentou de 57%, na agropecuária o acréscimo verificado não chegou a 5%. E não se trata, como se poderia presumir, da diminuição da mão-de-obra aplicada pela adoção de métodos mais intensivos e maior emprêgo de maquinaria.

O considerável potencial de espaço agrícola apresentado pelo Brasil, não há dúvida que lhe confere uma posição de certo modo privilegiada em um mundo carente de alimento e matérias-primas cultivadas.

Nossa economia rural se caracteriza por um aproveitamento relativamente débil da área considerada ocupada, a qual, por sua vez, corresponde a uma fração pequena do território nacional. A área total dos estabelecimentos recenseados em 1950 (232 211 106 hectares) representa cêrca de 27,6%, pouco mais da quarta parte da superfície do país. Confronte-se com o México (93,4%) ou o Uruguai (78,7%) e poder-se-á avaliar como é baixo aquêlê índice de ocupação.

Entretanto, em um país em plena expansão, como o Brasil, tal cifra reflete apenas um momento no processo de ocupação do território. Assim é que, nos estados onde, de certo modo, já se completou a expansão do povoamento, a proporção da área ocupada pelas propriedades rurais é relativamente alta. No Rio Grande do Sul, por exemplo, é da ordem de 82,6%. Já no Pará, embora se trate do estado mais povoado da região Norte, a proporção não ultrapassa 5,7%.

Dêste modo, o que mais importa é saber em que proporção êste espaço ocupado está sendo convenientemente utilizado. Maiores reflexões sugere, pois, um exame da repartição das áreas das propriedades segundo os modos principais de utilização da terra.

*Área dos estabelecimentos agropecuários segundo a utilização da terra  
(valores percentuais referentes a 1950)*

	Brasil	Norte	Nordeste	Leste	Sul	Centro-Oeste
Lavouras permanentes.....	1,90	0,27	0,57	3,07	4,05	0,14
Lavouras temporárias.....	6,32	0,74	8,51	6,49	12,10	9,99
Pastagens.....	46,35	19,53	28,84	50,24	50,23	67,09
Matas.....	24,12	76,81	24,23	17,09	15,71	17,65
Terras incultas.....	14,78	8,89	27,99	15,04	13,55	8,04
Terras improdutivas.....	6,53	2,76	9,86	8,87	4,37	6,09
<b>TOTAL.....</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Merece atenção especial a pequena parte destinada, proporcionalmente, às terras de cultivo no conjunto da área das propriedades (8,22%). Aliás, o total cultivado corresponde apenas a cêrca de 2% do território nacional. Isto significa menos de 0,4 hectare por habitante, o que é irrisório, mesmo para um país pouco desenvolvido. Na Argen-

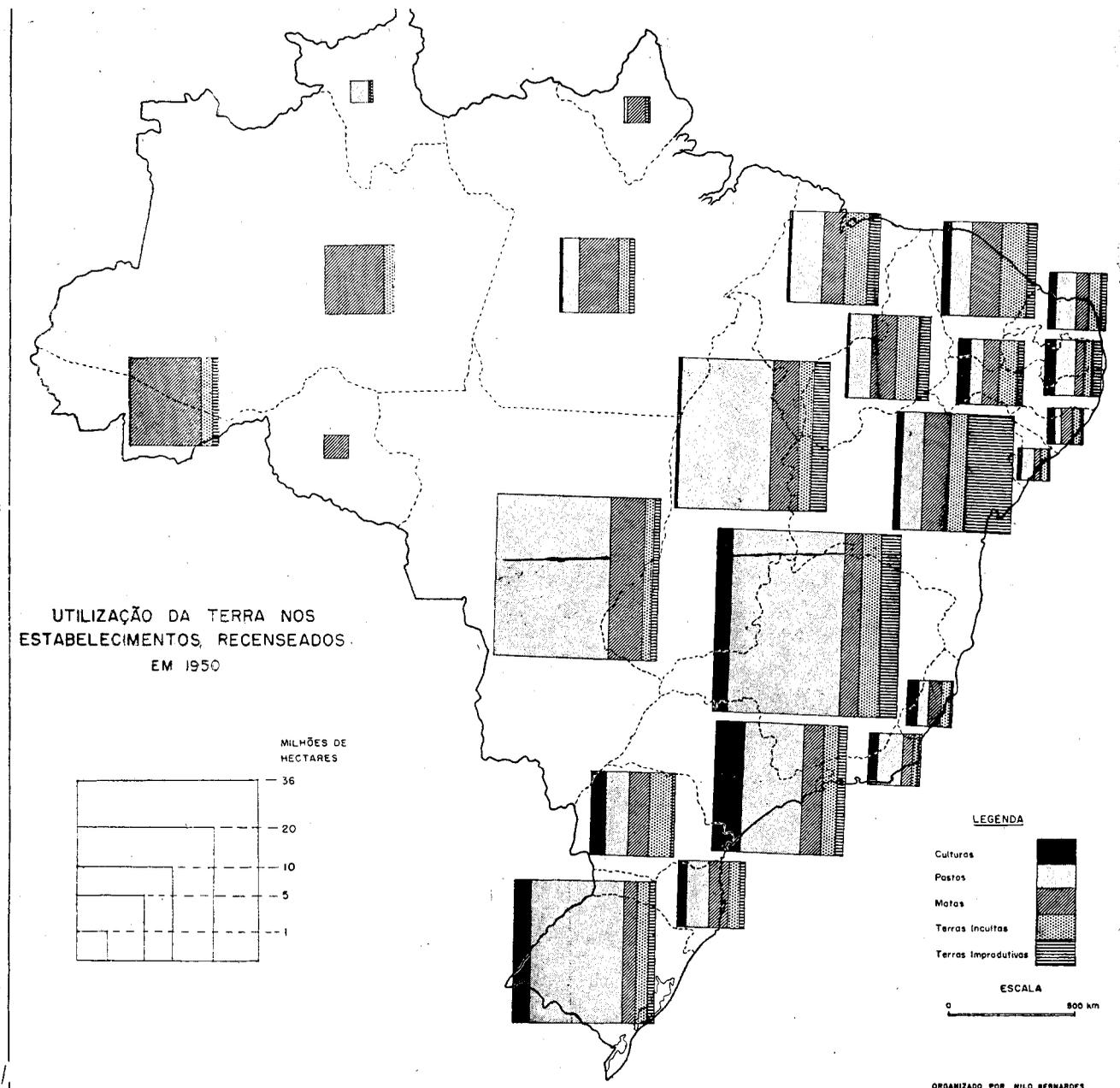


Fig. 1

tina, por exemplo, onde há grandes extensões francamente desérticas, e outras extremamente difíceis de serem trabalhadas, as parcelas em cultivo correspondem a mais de 11% da superfície do país, representando 10,7 hectares, por habitante. Tenha-se, também, em conta, que é proporcionalmente maior que no Brasil a importância da pecuária na economia desse país vizinho.

É relevante, ainda, observar que no intervalo entre os dois últimos censos foi relativamente pequeno, mesmo para um país novo como o nosso, o aumento da área de lavouras — menos de 4%. Diga-se que esse aumento se restringe à região Sul, onde foi verificado um acréscimo de 13% na área de lavouras (permanentes e temporárias) enquanto nas demais regiões registrou-se um decréscimo geral.

O grande aumento verificado na área total dos estabelecimentos corresponde, em grande parte, a novas áreas de pastagens<sup>2</sup>.

Representam elas, em parte, um recuo da área cultivada nas zonas de ocupação mais antiga, como teremos oportunidade de comentar. Mas, sobretudo, correspondem à incorporação aos estabelecimentos rurais, de grandes trechos de campos cerrados na região Centro-Oeste, região, aliás, onde se verificou o maior acréscimo relativo da área total recenseada.

Os pastos, é de se notar, ocupam mais da metade do total das propriedades, mesmo em regiões em que a agricultura assume posição de relativa importância, quais sejam o Sul e o Leste. Por outro lado, é relativamente grande a proporção das terras incultas, na sua maior parte terras em pousio<sup>3</sup>.

No que diz respeito às terras cultivadas, percebe-se o quanto se reflete, neste particular, o desequilíbrio econômico regional que vem caracterizando, nos últimos tempos, o Brasil. É nítida a vantagem apresentada pelo Sul: possui aproximadamente, 46% do total da área cultivada, embora apresentando menos da décima parte da superfície do país. Por outro lado, a importância desta região quanto à área de lavouras permanentes (50%) é maior, em face do papel de realce que o café ainda mantém na nossa agricultura. Em área cultivada, o café somente é precedido pelo milho. Do total de 136 bilhões de cruzeiros, valor da produção dos vinte mais importantes produtos agrícolas, em 1955, correspondiam ao café pouco mais de 41,5 bilhões.

Café, algodão, cana-de-açúcar e cacau, como os principais produtos comerciais; lavouras de subsistência amplamente difundidas em que se salientam o milho, o feijão e a mandioca e a que se juntam, com produção de certo modo restrita a determinadas áreas, o arroz e o trigo: tais são as principais culturas em torno das quais gira a economia agrícola brasileira. Por outro lado, de grande importância são as atividades pastoris em que tem franca primazia o rebanho bovino, um dos quatro maiores do globo e em rápido crescimento: com menos de 44 milhões de cabeças em 1950, ultrapassaria 60 milhões em 1955.

Mas devemos considerar que nem a própria lavoura comercial omite sua fragilidade, oscilando a cada nova injunção de mercado. Assim,

<sup>2</sup> As áreas recenseadas, em 1940 e em 1950 para o total dos estabelecimentos foram as seguintes:

ÁREA	1940	1950
ÁREA TOTAL.....	197 720 247	232 211 106
Lavouras.....	18 835 430	19 095 057
Pastagens.....	88 141 733	107 633 013
Matas.....	49 085 404	55 999 081
Terras incultas.....	29 296 493	34 310 074
Terras improdutivas.....	12 361 127	15 173 204

<sup>3</sup> Levando em consideração os sistemas agrícolas predominantes no Brasil e conhecendo o largo espaço que as terras incultas abrangem na paisagem rural, devemos observar que os valores apresentados pelo censo a esse respeito estão abaixo do que se poderia esperar.

como bem sintetizou LE LANNOU<sup>4</sup> o drama da agricultura brasileira reside no fato de que as atividades mais lucrativas são também aquelas que mantêm a nossa economia em mais lamentável dependência.

Os fatos acima apontados podem ser desdobrados em seus aspectos mais importantes, quais sejam, o regime de propriedades, a utilização da terra e os sistemas de cultivo, bem como os principais problemas daí resultantes. Ficarão, assim, mais explícitos os fatores de maior relevância que pesam sobre a ocupação da terra e também — porque não? — alguns sintomas de renovação dos sistemas de mais largo emprêgo.

## A ESTRUTURA FUNDIÁRIA E O REGIME DE EXPLORAÇÃO DA TERRA

País de contrastes, como tem sido pitorescamente analisado sob muitos aspectos, o Brasil, no que diz respeito à propriedade fundiária, não deixa também de apresentar extremos chocantes quando se confrontam, por exemplo, os minifúndios agrícolas quase economicamente insubsistentes de certas áreas do Nordeste e os imensos domínios pastoris do Pantanal mato-grossense. Contrastes como êste, porém, se diluem face a uma constante que constitui a característica da quase totalidade do território brasileiro: a predominância da grande propriedade, mesmo não considerando os exagerados valores espaciais classificados como latifúndios.

Quem conhece o interior do país, sente como em sua maior área a grande propriedade, como padrão de ocupação do território, está sempre presente. É mesmo uma impressão maior que aquela inculcada pelas próprias informações estatísticas. Com efeito, um panorama numérico das características fundiárias do Brasil rural através do exame dos dados censitários está ainda sujeito a limitações, entre outros motivos porque, à falta de levantamentos cadastrais da posse da terra, as informações referem-se às explorações agropecuárias existentes, seja em terras próprias, seja em terras de terceiros por arrendamento ou parceria. Dêste modo, não há correspondência entre o que os censos consideram “estabelecimentos agropecuários” e a propriedade fundiária que é, realmente, o que nos interessa. Não se dispõe sequer do número de proprietários, o que nos impede de conhecer com exatidão o grau de concentração da propriedade e a variação regional do fenômeno.

Entretanto, a apreciação dos valores de áreas médias, permite-nos uma primeira idéia geral da distribuição da terra pelos que a exploram (Anexo I). Valores médios que possamos considerar realmente baixos, face à característica geral, apontada para o país, encontraremos naqueles estados de ocupação mais antiga, onde é muito longa a evolução da propriedade — Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe — ou naqueles em que processos relativamente recentes de alienação das terras públicas e glebas particulares originaram a pequena propriedade —

<sup>4</sup> LE LANNOU (Maurice). *Le Brésil*, p. 187.

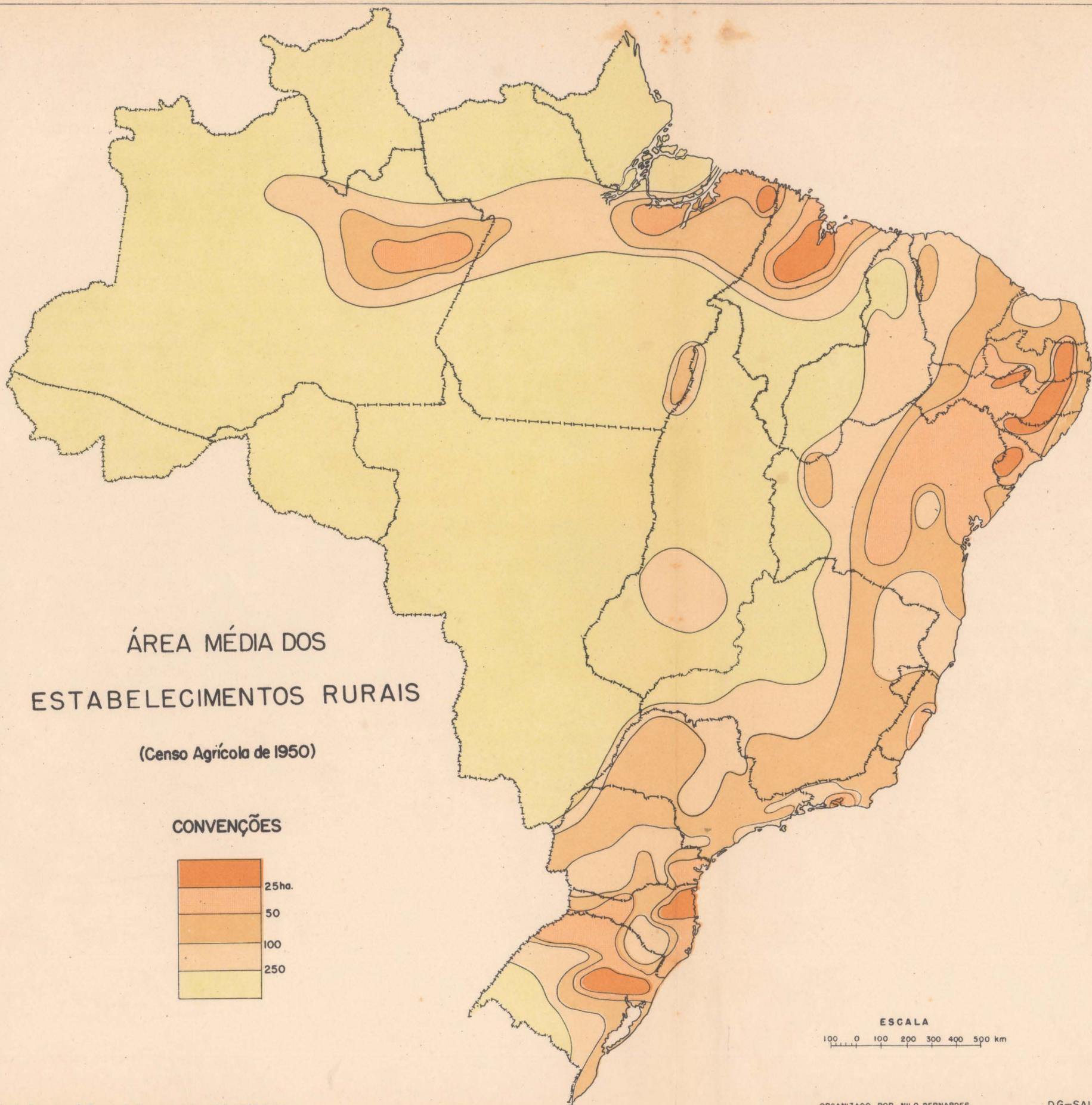
Espírito Santo e Santa Catarina, especialmente. Como não poderia deixar de ser, nas regiões Norte e Centro-Oeste vamos encontrar a maior frequência das grandes propriedades. E bem sabemos como, na sua maior parte, elas constituem imensas glebas de aproveitamento escasso ou, mesmo, totalmente nulo.

Este fato não significa, contudo, que exista sempre uma relação direta entre a distribuição da propriedade e a densidade demográfica rural. Podemos observar, por exemplo, que no estado de São Paulo (fig. 2) algumas zonas mais populosas apresentam áreas médias sensivelmente superiores às de outras menos favorecidas nesse particular. Evitando um enfadonho comentário sobre a distribuição dos valores médios, juntamos em anexo um quadro (Anexo I) onde se pode perceber a variação dos mesmos segundo as unidades da federação<sup>5</sup>. Igualmente remetemos o leitor à fig. 1 em que são figuradas as áreas médias de estabelecimentos segundo os grupamentos dos municípios por zonas.

Os valores médios, porém, disfarçam de certo modo o fato essencial sobre o qual insistimos: o Brasil mostra uma nítida concentração fundiária, mesmo se não levarmos em consideração as grandes áreas pouco povoadas em que são frequentes as extensas glebas, latifúndios de enormes proporções, abrangendo muitas vezes terras ainda indevassadas. Em número, na verdade, é mais frequente o que poderíamos chamar de pequeno estabelecimento. Mas, espacialmente, domina a grande propriedade e é ela que se retrata, com frequência, em largas porções da paisagem agrária, moldando, por sua vez, a estrutura da sociedade rural.

Numéricamente, este fato pode ser percebido em um quadro onde os estabelecimentos estão grupados por classes de áreas (v. Anexo II). Assim, se tomarmos por base as classes superiores a 50 hectares, verificaremos que 90% da área total recenseada em 1950 estavam distribuídos por apenas 25,2% dos estabelecimentos. Mas como, afinal, o tamanho de 50 hectares não exprime, realmente, o limite inferior de uma estrutura de grandes propriedades, tomemos como exemplo o valor de 100 hectares (não figura na tabela) e verificaremos que somente 14,5% dos estabelecimentos existentes abarcam 83,3% da área total recenseada. Esta tendência se revela mesmo nas regiões mais evoluídas, historicamente, no processo de ocupação da terra. Se excluirmos as regiões Norte (0,9 hab/km<sup>2</sup>) e Centro-Oeste (0,9 hab/km<sup>2</sup>) e considerarmos apenas os totais relativos às regiões mais povoadas do país — Nordeste (13 hab/km<sup>2</sup>), Leste (15 hab/km<sup>2</sup>) e Sul (20,5 hab/km<sup>2</sup>) — facilmente verificaremos que os estabelecimentos com áreas superiores a 100 hectares, constituindo 13,9% do número total, somam 76% do conjunto da área levantada para as três regiões.

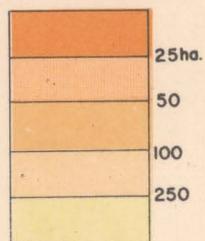
<sup>5</sup> A fim de se observar a tendência real da distribuição da terra entre os proprietários, apresentamos no Anexo I, ao lado das áreas médias segundo o total de estabelecimentos recenseados, as áreas médias dos estabelecimentos em terras próprias. Pelos números percentuais que ali figuram tem-se igualmente idéia da maior ou menor predominância, em área ou em número, das propriedades assim consideradas.



ÁREA MÉDIA DOS  
 ESTABELECIMENTOS RURAIS

(Censo Agrícola de 1950)

CONVENÇÕES



ESCALA

100 0 100 200 300 400 500 km

Devemos chamar a atenção para o fato de, justamente nas classes de propriedades maiores, se tornar bem menor a discrepância entre o que o censo considera “estabelecimento” e o que pode ser realmente aceito como “propriedade fundiária”. Isto porque o arrendamento e a parceria se fazem, sobretudo, para áreas quase sempre pequenas. Numerosas grandes propriedades, por abrigarem muitos rendeiros e parceiros, considerados “responsáveis pelo estabelecimento” se encontram deste modo diluídas, censitariamente, entre as de áreas menores.

Temos com frequência empregado as expressões “pequena propriedade” e “grande propriedade”. Precisar, no entanto, conceitos, ou melhor, critérios numéricos relativos a uma e a outra torna-se difícil, senão impossível, especialmente tendo-se em vista as condições diversas existentes em tão vasto território como o nosso. Na verdade, o problema é geral e não particular ao Brasil.

Para facilitar nossa compreensão poderíamos adotar o clássico conceito universal qualitativo, implicando, sobretudo, em um conteúdo sócio-econômico. A “pequena propriedade” seria apenas aquela em que o agricultor e sua família executam tôdas as tarefas necessárias, ocasionalmente empregando restrito número de auxiliares. Sendo pouco numerosa a família, um ou mais estranhos poderão existir em caráter permanente. A “média propriedade”, em que diversos trabalhadores são necessariamente admitidos, se caracteriza pela participação ocasional ou constante do responsável e membros de sua família nas fainas agrícolas. Eventualmente, mantém áreas sob exploração indireta. Como tôdas as categorias de transição, esta é a de mais difícil reconhecimento na prática. “Grande propriedade” será aquela em que o patrão se limita a administrar diretamente, ou por um preposto, a mão-de-obra assalariada e a receber os proventos do trabalho de parceiros. Está claro que tais critérios não abrangem situações anômalas, tais como as resultados de especulação.

Definindo, antes de mais nada, a modalidade de exploração da terra, estes critérios não podem comportar limites quantitativos. Cada tipo descrito teórica e praticamente varia muito em área, conforme os modos de utilização da terra e os sistemas agrícolas vigentes. Deste modo, um pequeno lavrador, empregando métodos extensivos, pode explorar com pouco proveito uma área equivalente, se não superior, à que caracterizaria uma grande propriedade na qual se empregam várias pessoas e se aplicam métodos intensivos sem mecanização. No caso brasileiro, dificulta, sobretudo, o problema o fato de, via de regra, as propriedades não serem totalmente utilizadas; a proporção da área aproveitada varia, enormemente, mesmo dentro de uma pequena zona.

Ainda que de modo talvez arbitrário, alguns autores tentaram conceituar com critérios quantitativos os tipos de propriedades acima definidos, considerando regiões de âmbito mais restrito e não todo o país. Neste particular, São Paulo, por ser o estado, economicamente, mais

desenvolvido, mereceu vários estudos. Assim, em trabalho já bem antigo, PRADO JÚNIOR<sup>6</sup>, embora reconhecendo a dificuldade do problema, admitia os seguintes padrões: para a pequena propriedade, até 25 alqueires (60 hectares); para a média, entre 25 e 100 alqueires (60-240 hectares); para a grande, acima de 100 alqueires. Estes valores definem, pois, a fazenda paulista com um limite mínimo da ordem de 240 hectares. No que discorda muito ACIÓLI BORGES<sup>7</sup> quando propôs as seguintes categorias de proprietários: sitiantes (pequenos, médios e grandes sitiantes), com propriedades até 50 hectares; fazendeiros, com propriedades entre 50 e 200 hectares; grandes fazendeiros, com propriedades entre 250 e 500 hectares; latifundiários, com propriedades acima de 500 hectares. Mesmo se considerarmos as prováveis mudanças de condições existentes em São Paulo nos vinte anos que medeiam entre os exemplos acima citados, os mesmos mostram o quanto tem de subjetiva qualquer classificação no gênero.

A quase totalidade dos autores prefere se referir à pequena e à grande propriedade, admitindo tácitamente a primeira como sendo a pequena exploração direta familiar, sem preocupação de área. Nos loteamentos das áreas de colonização a que já nos referimos (estados do Sul e estado do Espírito Santo) a unidade de pequena propriedade — o lote colonial ou “colônia” — que se tornou comum, varia em torno de 25 hectares. Muitos proprietários, contudo, tornaram-se donos de duas ou mais dessas colônias. A êsse respeito é interessante uma menção ao conceito introduzido entre nós por WAIBEL<sup>8</sup> do *minimale Ackernahrung* — “a mínima quantidade de terra necessária para proporcionar a um agricultor e sua família um padrão econômico e cultural decente”. Segundo êle, dadas as condições físicas e culturais existentes no sul do Brasil, essa área deveria variar entre 55 hectares (em terras boas) e 80 hectares (em terras ruins), considerando-se o emprêgo de sistemas agrícolas grandemente extensivos; já os sistemas intensivos podem ser praticados com êxito em propriedades bem menores, com 10 a 15 hectares em média.

Sendo impossível, pois, referirmo-nos às propriedades segundo sua área, é preferível conceituarmo-las conforme o regime de exploração, o que, na prática, define melhor os aspectos econômicos e, fato muito importante, constitui o fundamento direto das características sociais do nosso meio rural. Tendo em vista a predominância da grande propriedade, conclui-se como é pequena a possibilidade de acesso direto à terra. Para cêrca de 33 milhões de habitantes rurais, em 1950, sem contarmos as populações dos numerosos pequenos aglomerados urbanos ligados às atividades agrárias, existiam apenas pouco mais de 2 milhões de estabelecimentos.

<sup>6</sup> PRADO JÚNIOR (Caio). *Distribuição da Propriedade Fundiária no Estado de São Paulo*.

<sup>7</sup> BORGES (J. Pompeu Acíoli), *A Estrutura Agrária do Estado de São Paulo*, p. 269. A lacuna de 200 para 250 ha corresponde ao texto citado.

<sup>8</sup> WAIBEL (Leo), *Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil*, R.B.G., Ano XI, N.º 2, pp. 195/96.

Comumente ocorrem no Brasil dois tipos distintos de propriedades rurais: a “fazenda” e o “sítio”, desprezando-se, dêsse modo, os tipos intermediários, muitas vêzes designados por “fazendolas”.

A fazenda, definida como o grande estabelecimento, na forma já indicada, apresenta-se, é certo, em modalidades distintas segundo a utilização da terra predominante e a conseqüente organização econômica de que se reveste. Daí, têrmos, preliminarmente, que distinguir, no sentido clássico, a “fazenda de gado”, de um lado, e as fazendas de grande lavoura comercial, de outro: “engenho”, “fazenda de café” e “fazenda de cacau”. É interessante observar que não temos, caracterizando o grande estabelecimento, certos produtos bastante expressivos na nossa agricultura, como o algodão e o fumo. Produtos que, no sul dos Estados Unidos, desempenharam o papel que, no Brasil, coube à cana-de-açúcar e ao café. A chamada “lavoura de cereais”, como a daqueles produtos, é, em grande parte, abrigada no grande estabelecimento, ao lado de outras formas de utilização da terra.

As fazendas de grande lavoura comercial ocuparam grandes áreas da larga faixa florestal atlântica ao norte do trópico. Porém, atendendo-se às condições naturais que guiaram a expansão da pecuária, facilmente se perceberá porque a fazenda de gado veio a ocupar a maior parte do espaço agrário brasileiro.

Embora as fazenda tenham como traço comum o largo emprêgo de assalariados, as diversas modalidades das mesmas se distinguem quanto a êsse particular. Historicamente, sabemos, o florescimento e a propagação da grande lavoura se fêz à base do trabalho escravo, mas as alterações mais importantes nos regimes de exploração das propriedades, canavieiras e cafeeiras sobretudo, seriam determinadas por outros fatores.

O grande domínio agrário constituído pelo “engenho”, é indubitável, sofreu alterações na sua tradicional organização do trabalho da terra com a abolição. Mas, desde tempos remotos, ao lado das parcelas submetidas à exploração direta do senhor, muitas outras têm sido trabalhadas por numerosas famílias que vivem na propriedade. Um são também “partidos de cana”, que os “lavradores”, categoria mais beneficiada, cultivam em parceria com o senhor. Outras se constituem de pequenos tratos dispersos, plantados com gêneros de subsistência, dos “trabalhadores-moradores” (“moradores de sujeição” como são em muitas áreas designados) que constituem a maior parte da mão-de-obra de que o patrão dispõe. Diversas outras parcelas são do mesmo modo utilizadas por outra categoria de moradores: os que vivem praticamente de favor naquelas terras, pagando o uso das mesmas em dias de serviço (“moradores de condição”), complementando, assim, o trabalho dos demais trabalhadores nas lavouras do senhor, ou pagando em dinheiro, sob a forma de “fôro” (“foreiros”) <sup>9</sup>. Ao lado dessas cate-

<sup>9</sup> MELO (Mário Lacerda de), *Aspectos do Habitat Rural no Nordeste do Brasil*.

gorias, existe o trabalhador assalariado, via de regra instável, vindo de fora, cujo número é maior por ocasião da safra.

Mas a usina, englobando engenhos, veio constituir e alargar seu domínio agrário, quase sempre insuficiente para as próprias necessidades industriais e alterar êste quadro. Exclusivista como é, à medida que se expande, vai eliminando igualmente as antigas parcelas exploradas pelos lavradores-parceiros e pelos demais moradores. Interessa-se apenas por manter o trabalhador assalariado e sua influência, no sentido de uma proletarização mais acentuada, se estende até aos engenhos seus fornecedores (“engenhos-de-fogo-morto”).

Na fazenda de café, a par de alguns empregados para tarefas diversas, o trabalhador característico é conhecido como “colono”, assalariado contratado por tarefa (por um ano geralmente) para o trato e colheita de certo número de cafeeiros, número êsse, que varia de acôrdo com a quantidade de braços existentes na família do contratado. Via de regra, tem êle direito ao cultivo, em proveito próprio, de uma pequena parcela em “cereais”. O proprietário, de modo comum ausente na maior parte do tempo, delega ao “administrador”, assalariado, muitas vêzes com participação nos lucros das safras, a gerência da faixa agrícola. Toma a si as tarefas meramente comerciais da empresa.

Antes da crise econômica dos anos 1929-30, a fazenda do tipo clássico paulista era essencialmente monocultora, entendendo-se assim o exclusivismo do café como produto comercial. Entre as modificações

Fig. 3 — O engenho, estabelecimento rural com sua pequena fábrica e característico da formação econômica e social brasileira, por toda a parte, nas zonas açucareiras tradicionais, foi sendo suplantado pela usina. Fora destas áreas importantes, entretanto, subsistem ainda algumas estruturas agrárias em que o modesto engenho rapadureiro, como êste no Brejo da Areia (Alagoas Grande, estado da Paraíba), é o centro de gravidade. (Foto T. Jablonsky — CNG, 1956).





Fig. 4 — Próximo a Cornélio Procópio, no norte do Paraná, uma fazenda típica dos ondulados espigões do planalto paranaense. O dorso das ondulações é ocupado pelos vastos cafèzais, cujas fileiras descem aberrantemente pelas linhas de maior declive. As concavidades dos pequenos vales, castigados freqüentemente pelas geadas resultantes da inversão de temperatura são destinadas sobretudo às pastagens. (Foto T. Jablonsky — CNG, 1960).

sofridas pelas regiões cafeeiras de São Paulo, sobretudo as de ocupação recente, deve ser salientada a quebra do padrão quase exclusivamente latifundiário da propriedade cafeeira, vale dizer, a convivência em grau cada vez maior da grande fazenda com a média e a pequena propriedade (sítio). Mas, sobretudo, desenvolveu-se nas fazendas, ao lado dos cafèzais, a forma de exploração indireta, o arrendamento e a parceria, mormente esta, visando o cultivo de outros produtos comerciais, muito particularmente o algodão, ou a formação de pastagens para bovinos<sup>10</sup>.

Em relação à tradicional região canavieira, é de se notar, portanto, o rumo oposto que toma a evolução da estrutura agrária nas zonas cafeeiras de São Paulo e do Paraná, tema a que oportunamente volveremos.

A “fazenda de cacau”, ao contrário das anteriores, exige pessoal permanente muito reduzido. Entretanto, por ocasião das safras, o afluxo de assalariados provenientes, em grande parte, das zonas vizinhas se faz em escala que, de modo relativo, pode ser considerada superior à do movimento assinalado para os outros tipos de propriedade já referidos. Sua organização reflete tendência extremamente monocultora, revestindo-se, mesmo, de caráter especulativo mais nítido que o observado, em muitos casos, na cafeeira. Assim, o trabalhador nem sempre tem o direito de manter “roças” de subsistência em proveito próprio.

<sup>10</sup> Esta evolução está brilhantemente exposta na obra de MONBEIG (Pierre), *Pionniers et Planteurs de São Paulo*, pp. 247 a 263.

Sendo inicialmente um empreendimento em pequena escala, de caráter familiar, muitos estabelecimentos cacauzeiros evoluíram para uma organização maior, após várias fases de crise que facilitaram a absorção de diversas pequenas propriedades por comerciantes abonados. Igualmente uma tendência de certo modo oposta à que se assinala nas áreas cafeeiras de São Paulo e norte do Paraná.

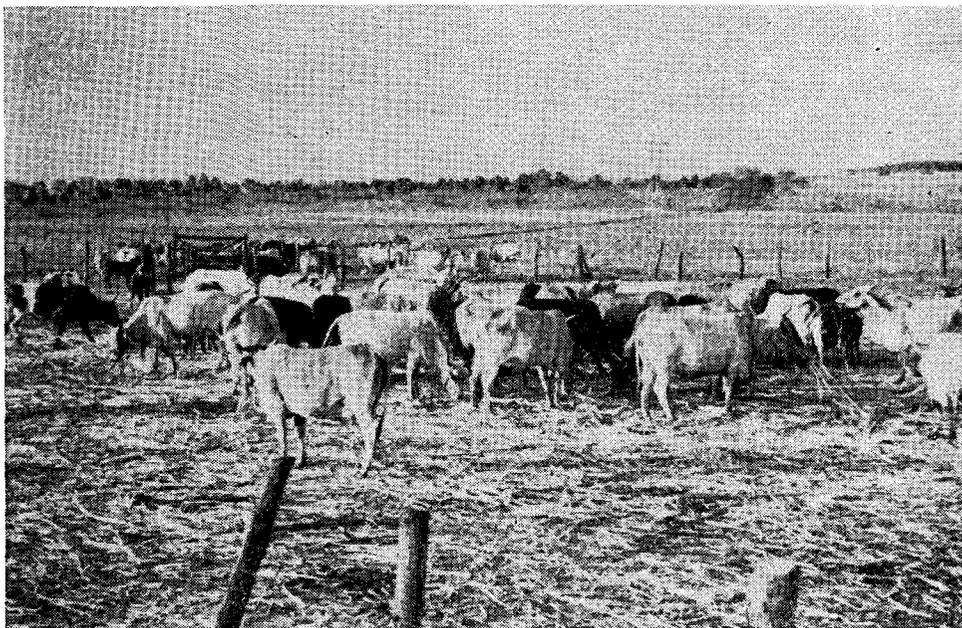


Fig. 5 — Nas fazendas paulistas, as cercas se multiplicam ao lado dos caçuzais, e a criação de bovinos tem atualmente uma posição de realce. Aqui vemos, na região de Araraquara, São Paulo, gado "azebuado", em uma das fazendas que têm particular expressão na produção destinada à vizinha fábrica de leite em pó. (Foto Nillo Bernardes, 1954).

Entretanto, é de se notar que "se atualmente se observa um desenvolvimento em número e em superfície de grandes propriedades, pode-se dizer, contudo, que há, ainda, uma superioridade marcante das médias e pequenas propriedades, pois a dimensão das propriedades de cacau varia de 20 a 100 ha"<sup>11</sup>. Mas, comumente, o grande proprietário possui oito, dez fazendas em lugares diversos. Dêste modo, embora os estabelecimentos estejam fragmentados, persiste a concentração da propriedade da terra.

Fato muito salientado é o de o fazendeiro de cacau não ser um agricultor. Comerciante nas cidades, mais que qualquer outro proprietário rural, êle se caracteriza pelo absenteísmo, deixando sua fazenda aos cuidados de um administrador.

A incidência do absenteísmo, aliás, é fato muito ligado à grande propriedade no Brasil. A "fazenda de gado", particularmente, dada a natureza do trabalho que ela requer, caracteriza-se, em muitas regiões,

<sup>11</sup> DOMINGUES (Alfredo José Pôrto) e KELLER (Elza Coelho de Sousa), *Livret Guide n.º 6 — Bahia*, p. 50.

por um absenteísmo habitual e generalizado<sup>12</sup>. Dados os métodos extensivos empregados, a que adiante teremos ocasião de fazer menção mais demorada, a fazenda de gado caracteriza-se, não só por sua grande área como, inversamente, pelo pouco pessoal necessário nas lides pastoris.



Fig. 6 — A barcaça, com seu teto móvel, destinada à secagem natural do cacau, sendo uma característica única dos edifícios da fazenda de cacau, é a marca do estabelecimento tropical que beneficia o produto para o mercado distante. (Foto T. Somlo — CNG, 1953).

Os trabalhadores, cuja designação varia conforme a região (camaradas, peões, campeiros, etc.), são chefiados por um capataz mais experimentado que tem, também, as funções de administrador na ausência do proprietário. Por esse motivo, quase sempre êle tem uma modalidade qualquer de participação no movimento comercial da propriedade. Aliás, nas fazendas do Nordeste, do vale do São Francisco e parte de Goiás, os vaqueiros — responsáveis pelo gado do patrão — só recentemente é que vão sendo transformados em assalariados. Segundo o tradicional sistema de “sorte” ou “partilha” êles eram, na verdade, parceiros, uma vez que tinham direito a uma parte das reses que iam sendo criadas, geralmente, a quarta.

Como dissemos, a maior parte do Brasil está ocupada pelo estabelecimento a que comumente se denomina fazenda de gado, fazenda de criar, estância. É importante notar, entretanto, que, se em algumas

<sup>12</sup> Fato freqüentemente observável desde o início do ciclo do gado nordestino, quando muitos dos grandes proprietários no sertão deixavam-se ficar atendendo seus negócios nas cidades litorâneas.

regiões, a fazenda é exclusivamente pastoril, noutras ela admite uma convivência com a pequena agricultura a ponto, mesmo, de caber a esta atividade grande parte da área da propriedade. Mesmo neste caso, entretanto, é a atividade criatória que geralmente caracteriza o estabelecimento, por dois motivos principais. Primeiro, por ser a atividade predominante, pelo menos do ponto de vista comercial, dado que a agricultura aí praticada, na maioria das vezes, tem caráter de subsistência. Em segundo lugar, porque é a atividade pela qual o proprietário se interessa diretamente, não fôsse o lucro relativamente fácil que dela obtém. A pequena lavoura é feita em regime indireto pelos “rendeiros” e, sobretudo, pelos “meeiros” que constituem a maior parte da população rural brasileira. As relações e o grau de dependência desses meeiros para com o grande proprietário, geralmente muito estreitos, são, entretanto, variáveis. Recebem designações diversas, como sejam: “agregado”, em algumas zonas do Leste, “moradores”, no sertão nordestino. Muitas vezes, assumem obrigações contratuais de prestação de serviços na propriedade, constituindo reserva de mão-de-obra para o fazendeiro. Daí a variedade de regimes na parceria: “meia”, “têrça”, “quarta”<sup>13</sup>. Por vezes o direito de cultivar a terra é apenas um modo de completar o pagamento de dias de serviço prestados, a exemplo do que se vê nas zonas canavieiras do litoral nordestino. De modo geral, são verdadeiros proletários rurais, com uma situação econômico-social apenas pouco melhor que a do assalariado. Apresentam, embora não tanto quanto esses assalariados, grande instabilidade, mudando-se constantemente de fazenda para fazenda.

Em muitos casos, a fazenda apresenta atividade agrícola intensa, a ponto de ser designada popularmente por “fazenda mista”, o que de modo algum deve ser confundido com o “sistema misto” de cultivo em que as duas atividades são associadas.

A maior freqüência dessas atividades agrícolas (na dependência de solos melhores, geralmente florestais) na fazenda de criação se verifica no Nordeste e Leste, onde diversos fatores, sobretudo a densidade da população, certamente interferiram para tanto. Nos campos do Sul, ao contrário, a fazenda mostrou o máximo de pouca acolhida à agricultura.

Como adiante veremos, a fazenda de gado, tendo-se originado mais caracteristicamente em zonas de vegetação aberta julgadas inadequadas para uma agricultura lucrativa (campos limpos, campos cerrados ou caatinga), acabou por se difundir, também, em terras florestais. Via de regra, em terras, total ou parcialmente, exauridas pela agricultura.

Mas em certas áreas de mata, onde a grande lavoura não se desenvolveu, os fazendeiros dilataram o domínio da pecuária após uma breve ocupação pioneira pela pequena agricultura. Os meeiros, depois de algumas colheitas, entregam a terra com o pasto formado.

<sup>13</sup> CALDEIRA (Clóvis), *Arrendamento e Parceria no Brasil*, p. 21. Segundo o autor a distribuição dos regimes, conforme a predominância por municípios é a seguinte: meiação em 87,11% dos municípios do país; têrça — 10,61%; quarta — 1,92%; outras formas — 0,36%.



Fig. 7 — *Uma típica fazenda de gado do interior onde predominam os campos cerrados. A sede do estabelecimento no fundo do vale e a quase nenhuma alteração do quadro natural, especialmente nos flancos e altos dos espigões, são aqui documentados nesta fazenda próxima a Curvelo, estado de Minas Gerais. (Foto T. Jablonsky — CNG, 1953).*

Assim é que, de acôrdo com a predominância das terras de vegetação aberta ou das terras originariamente em matas, algumas características podem ser surpreendidas na paisagem.

No primeiro caso, a estrutura fundiária é, de certo modo, homogênea. Há o predomínio do grande estabelecimento; poucos são os rendeiros e meeiros e a pequena propriedade é quase uma excrescência na paisagem. Nas zonas pastoris típicas a área média das propriedades atinge valores bem elevados. A Campanha rio-grandense, por exemplo, apresenta uma média de 470,4 hectares (1950). No Pantanal mato-grossense encontramos 3 283,5 hectares. No Alto São Francisco (Minas Gerais), 476,1 hectares. E assim por diante.

Entretanto, como deixamos entrever, a necessidade de atender à subsistência de uma população cada vez mais numerosa, acabou por generalizar, em certas regiões, o uso, pelo pequeno agricultor, das faixas de terras melhores dentro das propriedades pastoris. Foi o que sucedeu, por exemplo, nas áreas já assinaladas, mormente nos cerrados do Meio-Norte, nas caatingas sertanejas e, com muito mais intensidade, no “agreste” nordestino.

No segundo caso, onde sem dúvida a pecuária concorreu com a atividade agrícola, as fazendas, como nas regiões de grande lavoura, alternam-se com freqüência com as pequenas propriedades, vale dizer, o sítio.

A expressão "sítio" que, para maior comodidade, aqui tomamos para designar o pequeno estabelecimento de organização familiar, não tem, entretanto, um emprêgo claro por todo o país. Embora de aplicação restrita em outras regiões, como no Nordeste, é um termo muito característico no Brasil Sudeste, em especial no estado de São Paulo, onde é o oposto à fazenda.

Entretanto, no consenso geral, "sitiante" não é necessariamente o pequeno proprietário.

N. L. MULLER<sup>14</sup>, interpretando a opinião vulgar assim o definiu: "Sitiante é todo o pequeno produtor rural que, responsável pela lavoura, trabalha direta e pessoalmente a terra com a ajuda de sua família e, ocasionalmente, de alguns empregados remunerados".

Dadas as condições peculiares da nossa estrutura agrária, onde é enorme e incalculável a gama de categorias intermediárias e onde nem sempre é a posse da terra que define melhor as diversas modalidades

<sup>14</sup> MULLER, N. L. — *Sítios e Sitiantes no Estado de São Paulo*, p. 27.

Fig. 8 — Nas áreas onde, por motivos vários, a lavoura comercial viu retardar-se seu predomínio no grande estabelecimento, a estrutura fundiária evoluiu para um acentuado parcelamento. É o caso desta zona de sítiantes proprietários da zona de Ubá, estado de Minas Gerais. (Foto G. Costa — CNG, 1959).





Fig. 9 — A colonização por pequenos proprietários rurais provenientes dos Açores constituiu tentativa pouco insistente de romper o padrão homogêneo da estrutura latifundiária ainda no período do Brasil-Colônia. As pequenas propriedades de descendentes dos açorianos na ilha de Santa Catarina (foto) constituem remanescentes mais ou menos raros da experiência tentada. (Foto T. Jablonsky — CNG, 1956).

econômicas da pequena exploração agrícola, é interessante adotarmos este conceito amplo mas preciso. Devemos, contudo, distinguir, de início, os “sitiante-proprietários” dos “sitiante-arrendatários” (rendeiros e foreiros) e “sitiante-parceiros” (meeiros). Entenda-se que, no primeiro caso, a locação da terra é em dinheiro, ao passo que no segundo é em parte da produção agrícola obtida.

A organização da propriedade reflete, muitas vezes, esta diferença. Pois, entre outras coisas, o sitiante sente-se animado em melhorar o arranjo da mesma, plantar o que bem entenda e erguer as benfeitorias que deseje. Via de regra, por exemplo, é vedada ao rendeiro e ao parceiro a cultura de plantas de ciclo longo, de vez que eles não ocupam por muito tempo, o mesmo chão. Por outro lado, no caso especial paulista (e norte-paranaense), o arrendatário ou parceiro, como observa N. L. MULLER em seu trabalho citado, dedica-se, de preferência, a determinada cultura comercial, estando mais sujeito, pois, às oscilações do mercado que afetam menos o sitiante proprietário, com frequência, policultor.

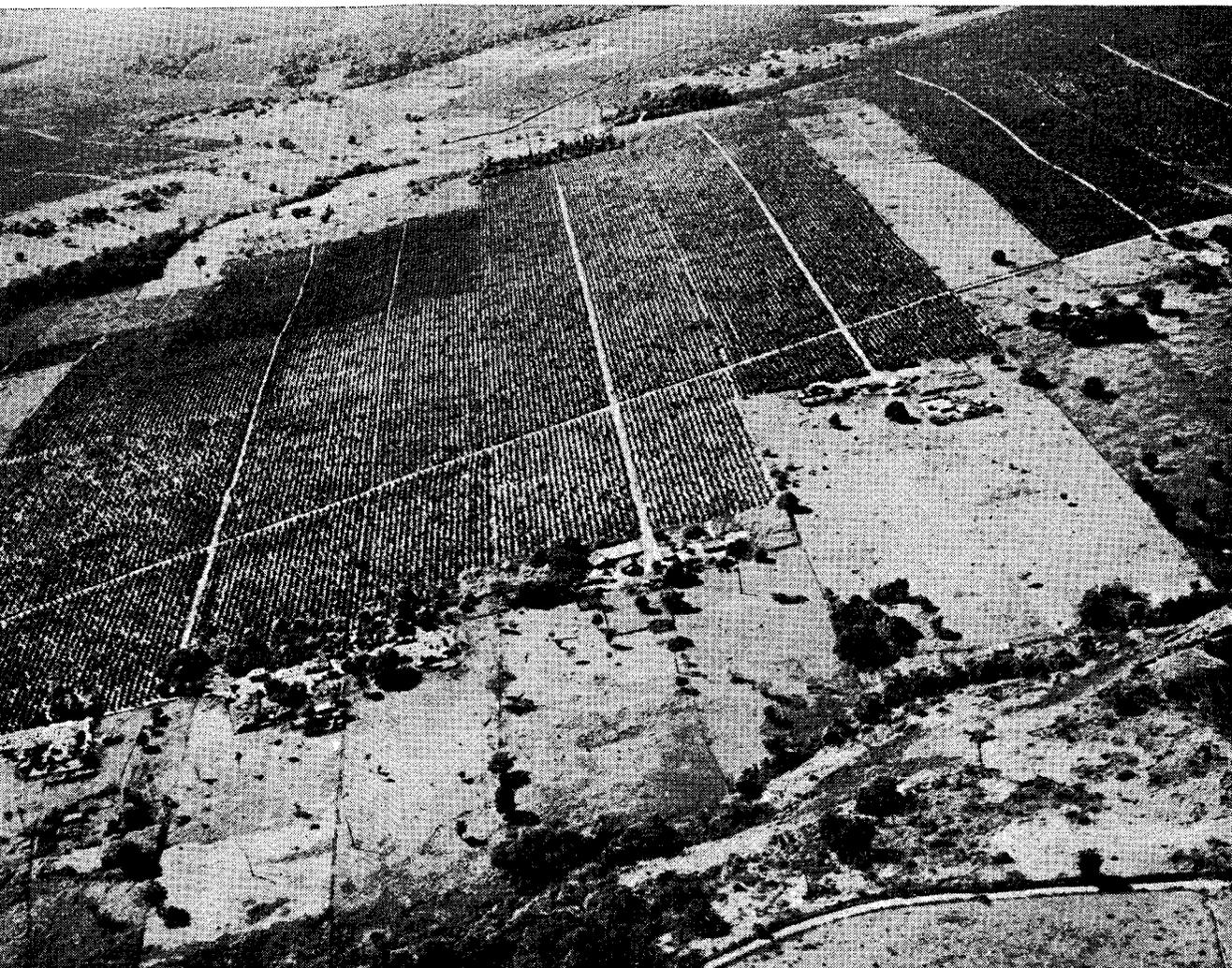
Por efeito de generalização, entendemos, pois, como sitiante-proprietário inclusive o “colono”, tipo do pequeno agricultor muito comum nos três estados meridionais e em grande parte do estado do Espírito Santo. Paradoxalmente, é o oposto do “colono” paulista, trabalhador assalariado das fazendas de café.

Como já apontamos, os sitiante arrendatários e parceiros integram o domínio do “fazendeiro”.

Se os mencionamos entre os pequenos proprietários é porque no mais das vezes, criam uma paisagem variada como a dos pequenos proprietários. Os arrendatários, que nas zonas de “cereais” do Nordeste, sobretudo o “agreste”, localizado entre a “zona da mata” canavieira e o sertão pastoril, constituem a classe numerosa e tradicional dos “rendeiros” ou “foreiros”, diferenciam-se dos parceiros (meeiros e outros) por sua maior autonomia.

Há uma gama dos sitiante-parceiros difícil de ser discernida. Muitas vezes, de seu trabalho surge como que um pequeno estabelecimento — transitório, não negamos — dentro do grande, por mais contraditória que possa parecer a imagem. Pelo que já vimos, na sua maioria, eles constituem modalidade sócio-econômica intermediária entre o mero assalariado e o pequeno produtor responsável por um

*Fig. 10 — No oeste de São Paulo e norte do Paraná a pequena propriedade cafeeicultora ou policultora ao lado da fazenda, veio representar uma quebra, relativamente recente, na padronagem da estrutura agrária de grandes estabelecimentos, que anteriormente era muito característica da cafeeicultura paulista. Pelo exemplo da foto (município de Bilac, estado de São Paulo) pode-se observar, ainda, como os sítios de café exibem o mesmo esquema de utilização da terra que a grande fazenda (vide fig. 4). (Foto Arte — Araçatuba, 1959).*



estabelecimento. Daí a grande dificuldade de se obter resultados razoáveis a respeito dos mesmos nos levantamentos censitários.

Poderíamos ainda considerar aqui outra categoria: a do “sitiante-ocupante” (“intruso”), ou seja: tanto os posseiros instalados em terras devolutas, quanto os que invadem os latifúndios inaproveitados. Estes últimos, é de se notar, mais do que os primeiros, apresentam um padrão cultural e econômico dos mais baixos: são geralmente caboclos característicos, no sentido cultural do termo. Não se sentem os ocupantes com a mesma segurança dos sítiantes proprietários, é claro. Mas não têm, também, nenhuma das outras obrigações que afligem a maior parte dos rendeiros e parceiros. Além do mais, de acordo com a prática em muitos estados, acabam se tornando proprietários da terra devoluta por eles ocupada. São muito numerosos, particularmente nas áreas de boas possibilidades agrícolas, imediatamente à vanguarda das zonas de povoamento efetivo, como, por exemplo, no oeste do Paraná, no centro e norte de Goiás, no centro e sudoeste do Maranhão. Pelo mesmo processo de “posse”, aliás, muitos se tornam fazendeiros, donos de muitas terras. Tal fato revela, mais do que a negligência oficial, um arcaísmo do processo de organização fundiária, pelo qual a subdivisão da terra não é concomitante com a expansão do povoamento. Exprime em parte um resquício da tendência que presidiu à formação colonial, tendência que tanto pesa, ainda, sobre o mundo rural brasileiro.

### MATRIZES DAS INSTITUIÇÕES AGRÁRIAS

A quantos se têm interessado pelos problemas rurais brasileiros não escapou a forte persistência na estrutura agrária das características coloniais de origem. Persistência que se faz sentir em um tríplice aspecto: tanto na organização fundiária e nos regimes de exploração, de tão profundas conseqüências sociais, quanto nas modalidades principais de utilização da terra.

O sentido econômico fundamental da colonização e as possibilidades da natureza tropical explicam, certamente, o êxito da grande lavoura comercial desde o início da ocupação da terra. Entretanto, chama a atenção a generalização do grande estabelecimento em todo o território, com um caráter exclusivista, sabendo-se que no Brasil a colonização lusa não tomou o caráter de mero enquadramento, a exemplo do que ocorre em grande parte das áreas tropicais. Ademais, como já têm notado vários autores<sup>15</sup>, é estranho o fato de o português, sendo um povo de pequenos proprietários e pequenos agricultores, jamais ter aqui implantado, com êxito, o pequeno estabelecimento familiar. Este, somente, se constituiria de modo expressivo após a Independência, sem o caráter luso-brasileiro. Não cabe aqui uma análise detida buscando as razões do fato, competindo-nos, apenas, lembrar alguns

<sup>15</sup> Veja-se, por exemplo, o tema da primeira parte de OLIVEIRA VIANA (F. J.), *Evolução do povo brasileiro*.

dos fatores principais que contribuíram para as atuais características da estrutura agrária brasileira.

Grande parte das áreas mais expressivamente povoadas nos dias atuais já estava incorporada ao espaço rural brasileiro quando da Independência, exceção feita dos largos trechos florestais existentes nos quatro estados meridionais. Já então o Brasil se achava “plasmado pela grande propriedade”, fruto do instituto das “sesmarias”. Adotada como meio de povoar eficaz e rapidamente o território, já nas primeiras tentativas de colonização (capitanias hereditárias), a sesmaria — terras outorgadas em nome do rei — veio a se tornar instrumento de monopólio de terras, tal a considerável extensão dos domínios que assim se originaram com o correr dos séculos. Aqui, mais uma vez se revela uma face paradoxal da colonização, visto que, em suas origens remotas a sesmaria foi, na Idade Média sobretudo, o instrumento de expropriação e redistribuição das terras incultas em Portugal <sup>16</sup>.



Fig. 11 — Nas áreas de colonização européia do Brasil meridional vê-se muitas vezes, em um mesmo lote, a rotação de terras nas encostas altas, enquanto nos fundos planos de vales, a rotação de culturas caracteriza uma importante fração do estabelecimento. O vale de Sinimbu (foto), ao norte de Santa Cruz, estado do Rio Grande do Sul, é um exemplo. (Foto Nilo Bernardes, 1950)

O caráter aristocrático feudal dos estabelecimentos originados desta maneira se define bem pelo grande número de fidalgos e homens de distinção que eram aquinhoados com enormes tratos de terras. Sabe-se, ainda, que a maioria dos pretendentes sempre se justificava com a alegação de serem homens de muitas posses. Com tôdas as restrições que pudesse ter vindo a sofrer, a tendência para a constituição de propriedades enormes, onde era relativamente mínima a área aproveitada, perdurou até às vésperas da Independência. Explica-se dêste modo, por

<sup>16</sup> LIMA (Rui Cirne), *Pequena História Territorial do Brasil*, pp. 11 e 12.

exemplo, o rápido “povoamento” das grandes extensões do território nas terras de campo do interior.

Embora no Brasil tenha sido praticamente inexistente o morgadio, tão comum em Portugal antigamente, a subdivisão das antigas sesmarias se processou com tendência à preservação da “fazenda” com tôdas as suas características de grande estabelecimento<sup>17</sup>.

Apenas uma minoria, é bem de ver, teve acesso à propriedade da terra. A grande massa de europeus e mestiços livres passou a constituir a classe de moradores dependentes dos senhores, agregados e rendeiros, que ocupavam as sobras dos latifúndios. Nos engenhos, alguns mais favorecidos se tornaram lavradores de cana (originando a classe dos lavradores parceiros já assinalada). Muitos outros, como que emergiram, posteriormente à abolição, na generalizada forma de moradores de condição, relíquia de um sistema semelhante ao da corvéia, como bem assinalou LACERDA DE MELO<sup>18</sup>.

O apoio que a economia e a sociedade agrária expressivamente continuavam representando e a persistência do trabalho servil longo período após a Independência, facilitaram a continuidade das tradições coloniais com o florescimento das fazendas de café. Derrogado o instituto da sesmaria, com a Independência, mesmo assim era lícito aos senhores de muitos bens e muitos escravos requerer o título de propriedade de posses, não raro da ordem de dez mil hectares (mais de légua e meia quadrada)<sup>19</sup>. Porém, com o estabelecimento das primeiras colônias de imigrantes europeus, a pequena propriedade já ensaiava seu surto no Brasil. Fora, aliás, do alcance da grande lavoura comercial de caráter tropical, em terras que não apresentavam tais condições naturais. A história da pequena propriedade entre nós, como por muitos tem sido assinalado, é ainda relativamente curta.

Note-se que as tentativas oficiais da metrópole de estabelecer pequenos proprietários agricultores — principalmente casais açorianos — nos pontos extremos da expansão litorânea (Pará e Santa Catarina — Rio Grande do Sul) não foram bem sucedidas. O abandono de muitas e a estagnação das demais foram a regra geral. Entre outros motivos que para tanto contribuíram, o fascínio da grande propriedade foi por demais intenso. Assim, também veremos que, até a terceira década do atual século, a pequena propriedade, já bem sucedida em outras regiões, não conseguiria medrar de modo expressivo nas mesmas áreas, ao lado por assim dizer, do estabelecimento da grande lavoura comercial<sup>20</sup>.

Adaptando a enumeração de PRADO JÚNIOR<sup>21</sup> das causas que originaram a pequena propriedade, poderemos assim esquematizar: 1) Sub-

<sup>17</sup> Ao que parece, a propriedade canavieira contendo o estabelecimento fabril, o engenho, teria uma resistência maior à fragmentação, dado o alto investimento representado pelas instalações. Ocorriam, em número menor, também, os proprietários que não chegaram a erguer a “fábrica” (lavradores de “partido obrigado”, no dizer de ANTONIL — cit. por MELO (Mário Lacerda de), ob. cit.. Estabelecimentos deste tipo ter-se-iam fragmentado com maior facilidade.

<sup>18</sup> MELO (Mário Lacerda de), ob. cit.

<sup>19</sup> Veja-se o excelente capítulo “The size of holdings” de SMITH (T. Lynn), *Brazil, People and Institutions*, pp. 483-529.

<sup>20</sup> Veja-se, a propósito, as interessantes observações de CARNEIRO (J. Fernando), *Imigração e Colonização no Brasil*, pp. 39-41.

<sup>21</sup> Ob. cit.

divisão da grande propriedade por herança ou vendas em partilhas repetidas. Um pouco por toda a parte pode-se encontrar, atualmente, o sítio intercalado pelas fazendas, mas o fato não é significativo naquelas zonas de povoamento muito antigo. Em certas áreas do agreste nordestino, chegou-se, como já dissemos, à constituição de verdadeiros minifúndios. 2) Subdivisão de fazendas decadentes, especialmente fazendas de café. Tenha-se em conta o processo de degradação do solo, mais adiante analisado, talvez, em muitos casos, o principal responsável pela desagregação da grande fazenda. A abolição não significou, impreterivelmente, a quebra do padrão latifundiário tal como sonharam muitos idealistas do período imperial. Um segundo fator de importância que veio, mais recentemente, determinar o aparecimento progressivo do sítio pelo fracionamento da fazenda, foram as crises econômicas<sup>22</sup>. 3) Fundação de numerosas colônias com imigrantes europeus, quer pelos órgãos governamentais, quer por particulares. 4) Loteamento indiscriminado — pelos órgãos governamentais e por particulares — de glebas de mata virgem, embora não visando a formação de núcleos coloniais propriamente ditos.

Os dois últimos processos merecem realce, pela área expressiva que interessaram em vários estados e pela intenção revelada em efetuar o povoamento pioneiro à base do pequeno estabelecimento, contrariando a tendência observada na formação colonial. Entretanto, em grande parte revelaram os mesmos propósitos da experiência com os açorianos no período colonial. A função eminentemente povoadora do estabelecimento sobrepujou qualquer base econômica razoável para o mesmo e este fato não deixou de ter profundas conseqüências nos modos de utilização da terra adotados e, portanto, na paisagem agrária atual<sup>23</sup>.

Além dos estados sulinos que mencionamos e do Espírito Santo, núcleos de pequenas propriedades planejadas foram responsáveis pelo desbravamento de terras florestais em outros pontos do território brasileiro, como, por exemplo, no centro de Goiás e, mesmo, no nordeste do Pará.

O fato de a quase totalidade das áreas de pequenas propriedades assim originadas, dedicadas sobretudo ao cultivo, estarem situadas em terras de mata, revela a persistência de uma outra tradição econômica do período colonial, de muita importância nos atuais aspectos da paisagem agrária brasileira. A estreita relação entre o tipo de vegetação original e o modo de utilização da terra, fato a que a maioria dos brasileiros se acostumou, não deixa de preocupar os estudiosos. É também um dos fatos que mais depressa despertam a atenção dos especialistas das zonas temperadas interessados em nossos problemas: “Na penetração para o interior, atingiram-se os planaltos com formações vegetais mais abertas e mais secas. Aqui os componentes econômicos da colonização litorânea não se enquadravam mais. Ao fator da crescente distância

<sup>22</sup> Veja-se MONBEIG (Pierre), ob. cit., e também: *Les structures agraires dans la frange pionnière de São Paulo*.

<sup>23</sup> Este aspecto foi muito bem estudado por WAIBEL (Leo) em seu trabalho já citado.

da costa acrescentava-se, também, a diferenciação de natureza climático-geográfica. A distinção econômica entre o litoral e o interior, que desde logo se delineava, foi não só apoiada pela diferença da natureza mas até diretamente condicionada pela mesma: a região de *plantage* distinguia-se perfeitamente da região criatória”<sup>24</sup>.

Até os dias atuais, a mentalidade dos habitantes das zonas rurais brasileiras está impregnada desse conceito: somente são adequados para a agricultura, os solos húmidos florestais, ou os originariamente florestais, as zonas de vegetação aberta servindo apenas para o pastoreio. Não há dúvida que a regra tem numerosas exceções, mas esse é ainda o fundamento da explicação para a distribuição dos principais tipos de utilização da terra.



Fig. 12 — As invernadas que vão surgindo em áreas de mata recém-desbravadas constituem importante modalidade de utilização da terra. Contudo, é um fato relativamente novo no Brasil, o da formação destas pastagens concomitantemente com a implantação de uma estrutura agrária primária, tal como sucede com as invernadas da zona pioneira paulista ou norte-paranaense (na foto, uma invernada em Colorado, norte do Paraná).  
(Foto T. Jablonsky — CNG, 1960).

A radical separação com que se desenvolveram as duas atividades rurais básicas, justifica, pois, o fato de a grande propriedade ter prosperado nos primeiros séculos de colonização, fundamentada em duas principais organizações econômicas: a *plantation* açucareira (engenho) e a pecuária extensiva (o “curral”, que no sul, posteriormente, assimilou o termo platino “estância”).

<sup>24</sup> PFEIFFER (Gottfried), apud comentário de EGLER (Walter Alberto), *Posição do Brasil no Desenvolvimento Cultural Geográfico do Novo Mundo*, p. 45.

A preocupação do colonizador era produzir em larga escala, a baixo custo, artigos de que a Europa carecia.

Em torno dêsses três elementos que se completavam — a planta tropical, a grande propriedade e a abundante mão-de-obra servil — o senhor rural construiu seu domínio. E a própria expansão dos currais, nos seus primórdios, não deixou de ser um reflexo da prosperidade dos engenhos, visto procurar satisfazer às necessidades do litoral em crescente aumento demográfico. Também o desenvolvimento da lavoura do tabaco, de certo modo circunscrita a algumas áreas, em grande parte se deve à necessidade de mão-de-obra escrava na *plantation*, de vez que êsse produto foi largamente utilizado para o escambo em costas africanas.

O tabaco, embora lucrativo, exigindo, para melhores resultados, cuidados especiais no cultivo — inclusive a adubação — e, por outro lado, dispensando instalações custosas para o seu preparo, não chegou a disputar terras com a cana-de-açúcar. Pelas mesmas razões não originou a mesma organização agrária que esta lavoura. Fruto direto de experiências adquiridas nas ilhas atlânticas, a *plantation* luso-americana, veio a se revelar, portanto, uma complexa organização econômica, social e cultural que assegurou o êxito da colonização<sup>25</sup>. Por êsse motivo, entre tantos outros, foi que “povoar” passou a ser sinônimo de expansão do grande estabelecimento.

Os senhores preocupavam-se, sobretudo, com o florescimento dos canaviais, ou com a multiplicação dos rebanhos, à sôlta, nos imensos espaços do sertão ou das campinas. A abundância de espaço e a latitude dos domínios faziam dos métodos extensivos os menos dispendiosos e menos trabalhosos. Para tanto, a lavoura buscava sempre as terras de maior fertilidade natural. E o criatório, as de vegetação aberta.

A produção de alimentos aproveitava as “sobras” das propriedades, relegada, como em grande parte ainda hoje o é, a uma posição secundária, quase somente tolerada pela sua necessidade e não por interesse econômico. Dela se encarregavam os escravos nos momentos de menos trabalho e, sobretudo, os numerosos moradores. Não admira, por conseguinte, que na agricultura de subsistência se tenha generalizado o sistema de cultivo à maneira indígena — a “roça” como denominaram os portugueses — adotando igualmente as plantas americanas, sobretudo o milho e a mandioca, aos quais veio juntar-se o feijão e, em menor escala, o arroz do sêco.

Fácil é perceber que muitos dêsses proletários rurais fluíram da *plantation*, tornando-se desbravadores das matas nas orlas do povoamento, bem para o interior. Alguns, humildemente, à sombra do criatório, muitos outros, porém, surgiram à roda das zonas de mineração, especialmente quando estas entraram em decadência. A “roça” era

<sup>25</sup> A propósito da *plantation* clássica, suas origens, suas características e sua evolução veja-se WAIBEL (Leo), *A Forma Econômica da “Plantage” Tropical*.

então, pelo menos neste caso, o estabelecimento sumário e provisório de um povoador instável. À maneira do índio, portanto. De uma extensividade depredatória em extremo, arrancando do perspicaz SAINT-HILAIRE aquelas observações de fundo profético quando, ao findar o período colonial, visitou o interior do Brasil. Reconhecendo a imperiosa necessidade em que se viram os portugueses de adotar êsse sistema de preparo das terras de cultura pela queimada, pois de outro recurso não dispunham para cultivar os solos de mata, acrescenta: “o que podemos, com razão, reprovar nos seus descendentes, é de continuarem a incendiar florestas, quando tantas terras desimpedidas e fáceis de cultivar estão à sua disposição, é de privarem, sem necessidade, os vindouros das riquezas tão numerosas que encerram as florestas; é de correrem o risco de desguarnecer suas montanhas de terra vegetal e tornar os mananciais menos abundantes; é, enfim, de retardarem o progresso da própria civilização, disseminando-se cada dia mais nos vastos desertos, a fim de encontrarem árvores para incendiar”<sup>26</sup>.

Tem sido muito assinalada essa influência indígena nos processos de cultura anual generalizados no Brasil. Se o negro, de baixo padrão cultural e afeito às práticas extensivas na África, cooperou na consolidação do que se tornaria uma verdadeira instituição agrícola, o português, somos levados a pensar, nem sempre agricultor de origem e facilmente moldado ao meio e aculturado, também veio contribuir enormemente no mesmo sentido.

Mas foi, sobretudo, a estrutura agrária predominante e a organização econômica, visando de preferência os grandes proveitos da lavoura comercial, que condicionaram a persistência dêsse procedimento, mesmo em zonas demograficamente evoluídas.

### MODOS DE UTILIZAÇÃO DA TERRA

Como quase todos os ramos da geografia, também a geografia agrária carece de uma sistematização geral dos fatos relativos ao Brasil. Não dispomos, ainda, de uma carta da utilização da terra, mesmo em escala generalizada, nem foi sequer tentada uma classificação das modalidades regionais dos diversos sistemas agrícolas já identificados. Existe, é verdade, certa quantidade de estudos regionais, sem dúvida excelentes. E, à medida que vêm a lume novas pesquisas ou, mesmo, simples notas de reconhecimento, em que a geografia agrária merece um tratamento mais acurado, fatos antes desconhecidos, embora importantes, vêm à baila. Sobre outros mais conhecidos, são retificadas noções errôneas já estereotipadas. Por esta razão, sente-se quanto ainda nos faltam conhecimentos para estabelecermos classificação de caráter sistemático, em bases mais seguras. Classificações a que somente o cotejo de numerosos exemplos pode dar foros de validade.

<sup>26</sup> SAINT-HILAIRE (Auguste de), *Viagem às Nascentes do São Francisco e pela Província de Goiás*, tomo I, p. 23.

Contudo, estribados em idéias gerais correntes e aceitáveis, é possível traçarmos um panorama esquemático, apoiado em uma classificação extremamente ampla, limitando-nos a exemplificar as diferenciações de cada tipo com algumas amostras mais representativas.

Reafirmando o que atrás foi dito, a utilização da terra no Brasil se caracteriza, de modo geral, antes de mais nada, por uma separação entre a criação de gado e a agricultura, ainda que coexistam na mesma propriedade. Em segundo lugar, pela aplicação de sistemas eminentemente extensivos. Finalmente, vimos, ainda, que do desenvolvimento da economia colonial herdamos três instituições, ou, com mais exatidão, três formas econômicas: a *plantation*, a roça e o criatório. São, aliás, formas bem expressivas da ocupação da terra nas regiões tropicais, a que o Brasil não fez, pois, exceção.

Entretanto, para os dias atuais, este esquema clássico já não pode ser aplicado com rigor, não obstante ser a matriz das diferenciações que se podem verificar. Diferenciações resultantes, sobretudo, de uma gradual atenuação daquelas duas características apontadas, ainda que em áreas relativamente pequenas.

Esboçando um esquema muito geral, poderíamos ordenar as modalidades de utilização da terra e os sistemas nelas adotados, segundo a natureza da organização e o objetivo predominante, em: pequena lavoura de subsistência<sup>27</sup>, pequena lavoura comercial, grande lavoura comercial, criação de gado. Compreende-se, naturalmente, a existência de formas mistas, quando duas ou mais destas se combinam ou se entrosam, caracterizando sistemas agrícolas. Tal esquema, é bem de ver, em quase nada corresponde aos tipos de propriedade já delineados, porquanto, em um mesmo estabelecimento podem existir duas ou mais dessas formas justapostas.

Vejamos, agora, os sistemas agrícolas mais expressivos, começando por caracterizar aqueles que poderíamos chamar de tradicionais.

1 — *Sistemas agrícolas tradicionais* — Assim compreendemos aqueles de caráter acentuadamente extensivo, guardando toda a rotina transmitida do passado.

A "roça" consiste, em essência, no sistema de cultivo anual, que aproveita unicamente a fertilidade natural do solo, empregando o fogo como principal instrumento de preparação do terreno e utilizando um equipamento mínimo de trabalho. Aberta a clareira, na mata ou no capoeirão, o solo é parcialmente preparado com a enxada (muitas vezes nem isso), a sementeira é feita com o auxílio de uma cavadeira ou de um bastão. Após algumas poucas safras, decaindo a produtividade do

<sup>27</sup> Entendemos por lavoura de subsistência aquela em que o objetivo principal do agricultor é atender ao consumo próprio e ao estritamente local, comerciando, entretanto, os excedentes. Na verdade, grande parte dos produtos alimentares que abastecem nossos centros urbanos, é proveniente de tal lavoura. É de presumir, entretanto, que a maior parte dos gêneros assim obtidos e encaminhados ao mercado, corresponda à quota-parte dos fazendeiros, não se considerando, aqui, a grande produção das pequenas propriedades do sul.

solo, a parcela de terra é deixada em abandono e nova roça é aberta. Desloca-se, assim, a cultura (e muitas vezes o agricultor) em um verdadeiro nomadismo. Entretanto, devemos ressaltar que a “roça” não é exclusivamente caracterizada por esta forma.

Podemos admitir um tipo mais primitivo, caracteristicamente indígena, e designado por “cultura itinerante” (ou nômade) — a *shifting cultivation* dos geógrafos de língua inglesa<sup>28</sup> em que o agricultor só esporadicamente, e após um período muito prolongado, volta a cultivar o terreno que, em dados anos, foi sua roça e que veio a ser reocupado pela mata ou o capoeirão. O outro tipo, mais comum nas zonas de povoamento estável, é a “rotação de terras”: o agricultor está circunscrito aos limites de uma propriedade, seja ela grande ou pequena e, regularmente, a cultura reocupa determinada parcela, após períodos muito variáveis. Nas terras em pousio, geralmente, cresce apenas a capoeira baixa, não chegando a haver espaço de tempo suficiente para que se regenere a mata. Extremamente difundido no Brasil, este sistema guarda todos os vícios da cultura itinerante.

O primeiro dos tipos acima apontados é muito comum entre as populações de padrão cultural extremamente baixo, caboclos — na expressão cultural do termo — que se deslocam na vanguarda das frentes pioneiras, vegetam nas solidões pouco povoadas, como em grande parte da Amazônia, ou invadem, com suas roças, os latifúndios inaproveitados. É, em geral, empregado para a pequena agricultura de subsistência, mas há casos em que se observa um fim comercial, embora indireto. Assim é no oeste do Paraná, onde a criação de porcos destinados aos mercados do Paraná e São Paulo é feita por “intrusos” que abrem grandes clareiras, a fogo, nas terras devolutas e aí estabelecem roças de milho, para alimentação dos suínos. O fogo indiscriminado, ateadado sem preocupação de aceiramento, é responsável pela devastação de grandes áreas, não somente no oeste do Paraná, como também no centro de Goiás.

Entre os povos primitivos, agricultores itinerantes, a propriedade da terra não conta e sim a propriedade da cultura. A rotação de terras representa, pois, uma resultante da aplicação do processo dos primitivos, “a roça”, a uma instituição do colonizador, a propriedade. A própria fazenda, à medida que se foi organizando e se tornando mais característica, subdividindo as antigas sesmarias, foi circunscrevendo a roça em um âmbito fundiário mais restrito. Mas esse sistema de rotação de terras é mais típico, com seus ciclos regulares de deslocamento da área de cultivo, na pequena propriedade onde o agricultor tem autonomia para determinar o arranjo da própria parcela. Dêste modo, as paisagens mais nítidas, com capoeiras de várias idades, são as das zonas de sítios. Regra que, entretanto, não é absoluta.

<sup>28</sup> Sistema muito difundido entre as populações nativas do mundo tropical recebendo designações regionais diversas como: *milpa*, na América Central, *ray*, na Indochina, *ladang*, na Insulíndia.

A rotação de terras é o sistema mais generalizado na pequena agricultura brasileira. Não deixa de ser, também, uma agricultura do fogo. Porém, a necessidade de respeitar direitos alheios (não o amor à vegetação, ou o zelo em preservar o solo) impõe o aceiramento. Muitas vezes faz-se apenas a “coivara” e, nesse caso, não deixa de haver, realmente, certo sintoma de preocupação com o solo. Quando a terra é “nova”, a cultura é repetida vários anos no mesmo lugar (5, 6 anos, ou mais, conforme as condições naturais) e o período de pousio é pequeno. Mas, à medida que ela “cansa”, aumenta o período de pousio, o ciclo de rotação é mais longo e os restos de matas diminuem de área. A seguir, para compensar a queda de rendimento do solo, freqüentemente, o agricultor aumenta a área em cultivo, com sacrifício, portanto, do período de pousio.

Muitas vezes o solo é levado, assim, à exaustão completa e a vegetação da capoeira a muito custo se reconstitui. No planalto rio-grandense — como, por exemplo, em Ibirubá, próximo a Carazinho — podem-se notar extensos trechos de capinzal (*Aristida*, sp.) em lugares onde, há menos de cinquenta anos, existia mata virgem.

Há grande variedade de modos de ocupação da terra, segundo o sistema de rotação de terras. Freqüentemente, êle está ligado à pequena lavoura de subsistência. Muito raros são os exemplos em que um produto comercial é introduzido ao lado dos clássicos produtos de roça, tal como se verifica com o fumo na zona acidentada do vale do Uruguai (noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina).

Casos há em que encontramos, mesmo, dificuldade para um enquadramento rigoroso em um dos tipos que estamos apreciando. Por exemplo: com a expansão das pastagens em zonas de mata — “invernadas”, principalmente — o grande proprietário contrata com o agregado (parceiro) a formação do pasto, após um breve período de cultivo (3 anos geralmente) na terra recém-desbravada. Um ou mais parceiros podem ir, assim, se deslocando na propriedade, com suas roças de subsistência, até que a área em pasto, desejada pelo interessado esteja completa. Sòmente quando é oportuna a renovação de determinado pasto o pequeno lavrador reocupa trecho anteriormente cultivado, o que é aleatório. Assim acontece, entre outros casos, nas invernadas do nordeste de Minas Gerais e nas fazendas da encosta e do planalto do sudeste baiano <sup>29</sup>.

É prática também muito adotada por fazendeiros de café, em São Paulo, que ocupam as partes baixas da propriedade com pastos. Aqui, porém, a parceria gira em tórno de um produto comercial — o algodão (anual). “Ao café, pioneiro dos espigões, sucedeu o algodão, cultura pioneira dos vales, mas cultura transitória entre a floresta e a pastagem” <sup>30</sup>.

<sup>29</sup> Veja-se por exemplo: DOMINGUES (Alfredo José Pôrto) e KELLER (Elza Coelho de Sousa), ob. cit., pp. 73 e 195.

<sup>30</sup> MONBEIG (Pierre), *Pionniers et Planteurs de São Paulo*, p. 262.

Os exemplos citados não deixam de aproximar-se muito mais do tipo da lavoura itinerante, pois a regra comum é a instabilidade do pequeno agricultor.

Muito empregada nas zonas acidentadas da região colonial do Sul do Brasil ou nas que sofreram longo isolamento, a rotação de terras na sua forma primitiva é o sistema geralmente adotado pelos numerosos parceiros existentes nas fazendas de gado de todo o interior.

Em não poucas regiões ela está, também, estreitamente ligada ao extrativismo. Assim, nas zonas ervateiras do Paraná, os antigos colonos e seus descendentes, aos quais se juntam os luso-brasileiros, têm na coleta do mate a principal fonte de renda e se limitam, na agricultura, a prover as próprias necessidades. O mesmo pode ser observado em áreas de carnaubais e babaquais do Meio-Norte.

A grande lavoura, como vimos, difundiu-se segundo uma organização econômica bem estruturada — a *plantation* — que, embora tenha sofrido modificações ao correr do tempo, chegou até os dias atuais, em certas regiões, com características econômico-sociais bem peculiares. A usina e muitas das grandes fazendas paulistas, representam uma forma capitalista da grande *plantation*.

Uma das peculiaridades do estabelecimento da grande lavoura, entre nós, é a monocultura comercial, fato que, como se sabe, tem pesado enormemente na economia nacional. Monocultora tem sido a propriedade canavieira, seja o engenho, seja a usina, e monocultora tem sido a propriedade cacaueteira, como monocultora foi a fazenda de café até recentes décadas.

Se ainda encontramos a fazenda típica na qual o café é a única fonte certa de renda, uma diversificação do esquema clássico tornou-se mais comum. Com freqüência, surgiu a média propriedade onde a fase industrial de beneficiamento não está presente e, por outro lado, o café aceitou a convivência de outros produtos de interesse comercial. MONBEIG<sup>31</sup>, já o citamos, nos descreve como a crise econômica e a queda sensível dos rendimentos, conduzindo a uma quebra definitiva do exclusivismo da grande propriedade, levou o fazendeiro a se tornar, também, um cultivador de algodão, e cana-de-açúcar (que fornece para usinas) e, sobretudo, um criador de bovinos. Mas, de modo geral, tais atividades são inteiramente dissociadas, como se existissem em estabelecimentos diversos.

A fazenda de cacau, porém, não dá mostra de uma tendência para a diversificação de culturas, senão em casos muito restritos e relativamente mais recentes: a cultura da seringueira ao lado do cacau foi introduzida em uns poucos municípios e ainda não formou, de modo expressivo, a própria paisagem.

Também o fato de nos engenhos rapadureiros no “brejo” paraibano, por exemplo, ter-se desenvolvido a cultura da agave, em pé de igual-

<sup>31</sup> MONBEIG (Pierre), *ob. cit.*, p. 248.

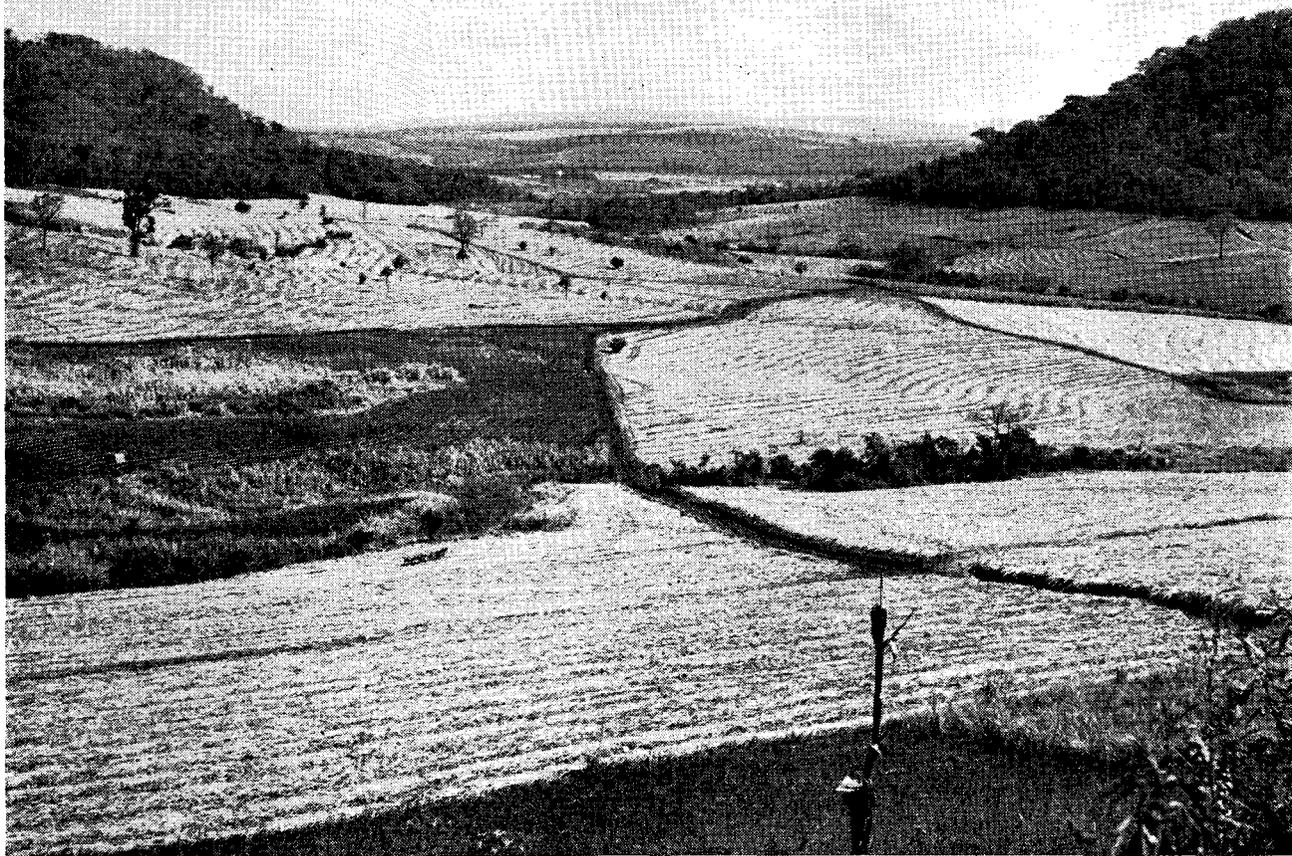


Fig. 13 — *Empresas capitalistas mantêm em São Paulo grandes fazendas, onde uma variedade de cultivos praticados aqui com rigores da técnica moderna e o emprego de uma abundante mão-de-obra assalariada, traduzem o mesmo esquema econômico-social da plantation tradicional, anteriormente monocultora.* (Foto T. Somlo — CNG, 1958).

dade econômica com a tradicional lavoura canieira (uma *plantation* mista, portanto), não tira o valor da afirmação de que as principais áreas açucareiras são de propriedades caracteristicamente monocultoras.

Outra particularidade da grande lavoura é a rotina dos processos de cultivo, essencialmente extensivos, com insignificante preocupação para com a preservação do solo. É incrível, por exemplo, que até os dias atuais, com raras exceções, as fileiras de café sejam dispostas segundo a linha de maior declive, preparando um fácil caminho para o escoamento das águas pluviais e a erosão. Porém, os métodos rotineiros estão sofrendo sensível alteração, como mais adiante apontaremos.

Não podemos furtar-nos aqui, a um paralelo entre as zonas canieiras e cafeiras.

É muito decantada a antiguidade das duas principais áreas canieiras do Brasil, litoral do Nordeste e zona de Campos, no estado do Rio de Janeiro. Já uma viagem, das zonas de povoamento mais recente do norte do Paraná ou do oeste de São Paulo, para as de povoamento mais antigo, como o vale do Paraíba, revela-nos o quanto de instável se

apresenta a paisagem da *plantation* nestas regiões. Deixando-se a frente pioneira do povoamento, onde a mata virgem sucumbe para dar lugar a novas covas destinadas a receber os cafeeiros, percorrem-se trechos enormes onde se sucedem fileiras cerradas e viçosas desta planta, apenas interrompidas por outras culturas também lucrativas. Pouco a pouco, os claros entre os cafèzais aumentam em área denunciando que, dada a antiguidade da ocupação, outras atividades vieram substituir, em parte, a cultura em decadência. A seguir, a freqüência de pastagens passa a assinalar que a utilização do solo foi além de um limite tolerável. Ao longo do vale do Paraíba, a morraria desnuda, reduzida a um só e imenso pasto, abriga em seus recessos as vistosas sedes de fazenda que surgiram outrora, entre outras tantas fileiras viçosas de cafèzais.

Nos canaviais do Nordeste ou da planície campista, devido ao solo fértil das zonas planas, ou à própria condição de cultura cerrada da cana-de-açúcar, retardando o carreamento dos solos nos trechos em declive, os vícios de técnica não apresentaram as mesmas desastrosas conseqüências observadas nas zonas cafeeiras. Acresce, ainda, que a cana admite a possibilidade de pousio da terra após certo número de cortes. Nas *plantations* de café a situação era outra. É muito conhecida a história dos cafèzais em sua marcha para o oeste de São Paulo, para o norte do Espírito Santo e leste de Minas Gerais, deixando um rastro de terras esgotadas. Isso nos mostra que, nem mesmo os grandes lucros proporcionados por esta cultura estimularam, a tempo, a aplicação de técnicas agrícolas evoluídas e maiores cuidados com o solo.

A grande lavoura comercial, a fazenda de café particularmente, guarda, muitas vezes, um chocante paralelismo com a pequena lavoura do tipo "roça". Se os "partidos" de cana voltam ao lugar primitivo, os "talhões" de café entretanto, se deslocam lentamente à maneira da cultura itinerante.

Assim tem acontecido, também, com a pequena lavoura comercial. É interessante notar, por exemplo, que a cafeicultura dos pequenos proprietários guarda certa analogia com a dos fazendeiros. "Uma fazenda em miniatura", diz MONBEIG em sua citada obra, referindo-se aos sitiantes do oeste de São Paulo e norte do Paraná. O mesmo fazem lembrar os sitiantes de origem alemã ou italiana do Espírito Santo. A um mesmo tempo proprietário e trabalhador, o sitiante cuida de suas culturas de subsistência e da lavoura do café, na qual os espírito-santenses se fazem ajudar por um meeiro e os paulistas, mais raramente, por assalariado.

E por isso, tanto em um quanto em outro caso, o sítio vê ainda aumentar a área de pasto e o número de cabeças de gado, à medida que o café avança sôbre novo trecho de mata.

Aliás, há exemplos outros de lavoura comercial característica do tipo *plantation* também em pequenas propriedades. É o caso dos numerosos sitiantes monocultores de cana-de-açúcar, fornecedores das usinas da zona de Campos, no estado do Rio de Janeiro, e, em escala menor,

dos existentes na zona canaveira do Nordeste. Nas áreas cacauceiras do sul da Bahia, como vimos, dada a particular evolução que apresentaram, é freqüente a exploração em estabelecimentos do tipo familiar.

No que se refere à criação de gado, o sistema ainda hoje em dia geralmente adotado poucos progressos apresenta, em relação ao tipo de "criação à solta" do tempo da expansão dos currais, necessitando, em consequência, de pouca gente para "tocar" um imenso rebanho. Como vimos, há uma pequena lavoura que é praticada dentro da fazenda de gado, em proporção que varia muito de acôrdo com a região e as condições de solo existentes.

Nas caatingas sertanejas ela aproveita as faixas de vazantes e os leitos secos dos rios, ou os trechos de solos mais profundos. Nas vastas regiões de campinas e campos cerrados, aproveitam o solo dos capões ou das matas justafluviais. Na faixa florestal atlântica do Leste brasileiro, a freqüência das roças em fazendas de criação, preparando a expansão da pecuária, contraria aquela imagem de OLIVEIRA VIANA quando diz: "O vaqueiro... é batedor dos engenhos. Anuncia-os; prepara o meio para sua instalação; abre clareiras a fogo..."<sup>32</sup>, imagem que só é válida para a planície campista.

Na verdade, quanto maior é o predomínio das pastagens naturais, maior tem sido a superioridade espacial do criatório.

Torna-se patente que essas pastagens naturais nas regiões de climas tropicais característicos que abrangem a maior parte do país, resentem-se enormemente das condições naturais. De medíocre valor nutritivo, "emagrecem" muito com a prolongada estiagem tropical. Significativamente, o fogo é o recurso mais usual para melhorar os pastos, ao fim da estação seca.

A formação de pastos artificiais em zonas de campos nativos é iniciativa já um tanto freqüente em certas áreas e, alvissareiramente, prenuncia novas tendências. Assim, por exemplo, no Triângulo Mineiro e oeste de Minas, como nas zonas de campos cerrados do nordeste paulista, semeia-se o capim gordura (*Melinis minutiflora*), substituindo-se o capim barba-de-bode (*Aristida* sp.). Entretanto, isto não significa que se tenha adotado o cultivo de forrageiras para a alimentação do gado no auge da estação seca. Esta prática é muito incipiente e, de modo geral, poucas modificações acarretou no sistema tradicional.

Nas zonas de caatingas, onde é maior o rigor da estiagem, cultivava-se quase sempre uma pequena área com palma (*Opuntia noneocanta*) para fornecimento ao gado, quando vem a faltar até mesmo a folhagem das árvores e arbustos, aproveitada pelos animais.

Nas caatingas como nos cerrados, nas áreas menos valorizadas, dada a distância dos mercados, mais rudimentares são os processos de criação, vivendo o gado, à solta, nos pastos indivisos. No sertão, geralmente, só existem cêrcas em tôrno dos tratos cultivados. Em muitos

<sup>32</sup> OLIVEIRA VIANA, *Populações Meridionais do Brasil*, I volume, p. 124.

lugares nem há mesmo propriedade individual dos pastos, sendo as reses de vários donos criadas em promiscuidade.

Mesmo nos campos sulinos, no planalto ou na famosa Campanha gaúcha, onde, especialmente nesta zona, os pastos são de qualidade superior, o sistema empregado no pastoreio é de moldes extensivos. O estancieiro é quase sempre prêsa da rotina que a abundância de espaço lhe torna cômoda. O que dá a esta zona excepcional desenvolvimento no quadro pastoril do país é, além da criação de ovinos em convivência com os bovinos, o predomínio de raças finas, fãcilmente adaptãveis graças às condições de clima e à presença de melhores gramíneas. Também esta providência tem sido, de certo modo, adotada pelos fazendeiros de outras regiões. A mestiçagem com variedades de gado zebu, embora mais pronunciada em Minas, Goiás e Mato Grosso, já se processa na Bahia e no Nordeste. Mas nas áreas mais caracteristicamente tropicais, as experiências esparsas para a boa adaptação de raças finas só têm apresentado resultados satisfatórios, quando sensíveis modificações de caráter intensivo no sistema de criar são também introduzidas.

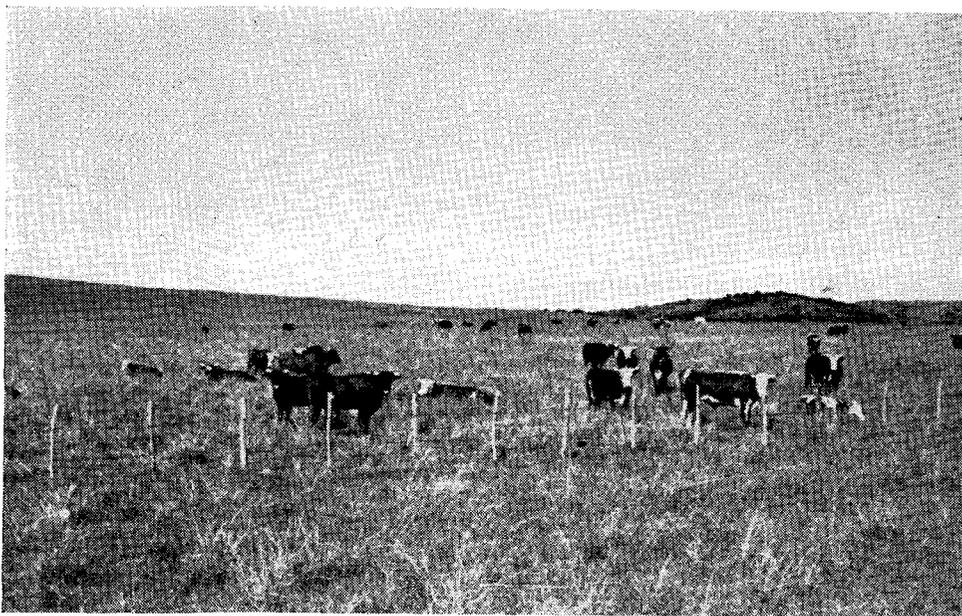


Fig. 14 — Por tãda a parte, o criatãrio extensivo revela um mìnimo de modificaçãõ da paisagem natural, aliãdo a baixas densidades demogrãficas compatíveis com a larga malha fundiãria de grandes estãbelecimentos. Um exemplo bem característico é o da zona de campos limpos d fronteira rio-grandense (foto), onde a difusãõ de raças finas revela contudo um nívél tãcnico bem superior ao de outras zonas criadoras do paìs. (Foto Nilo Bernardes, 1949).

As fazendas de gado estabelecidas em terras de mata — tanto as invernadas quanto as fazendas de criar — não escapam à regra geral. Na verdade, muitas são aquelas em que se formam pastagens com gramíneas de grande valor forrageiro, capim jaraguá (*Andropogon*, sp.), ou capim colônão (*Panicum* sp.), por exemplo. Tal fato significa apenas maior capacidade de lotaçãõ, regulada, por outro lado, pela subdivisãõ dos pastos.

Ainda que pareça incompreensível para muitos, dado o alto lucro potencial do empreendimento, as fazendas de gado de leite tão típicas do sul de Minas Gerais e do vale do Paraíba, adotam, via de regra, um sistema essencialmente extensivo, rotineiro, que muito pouco difere do que se pode encontrar nos confins de Goiás ou do norte de Minas. Dá-se o sal, um pouco de cana na época seca, curam-se as feridas, matam-se os bernes (larva da *Dermatobia cyariveiventris*), uma vez ou outra um banho de carrapaticida e, no mais, o gado vive solto nos pastos de capim gordura, recolhendo-se diàriamente ao curral apenas as vacas em lactação.



Fig. 15 — O esgotamento das terras cultivadas ocasiona o aumento das pastagens, por sua vez estimulado pelos lucros da produção leiteira em certas regiões. Implanta-se, então, o curral como este nos arredores de Araraquara. (Foto Nilo Bernardes, 1954).

Essas fazendas abastecem de leite uma numerosa população urbana, grandes mercados que poderiam absorver também seus produtos agrícolas, se adotassem um sistema misto intensivo, rompendo com a tradicional rotina. Entretanto, quase todo o estrume acumulado nos currais se perde e, por outro lado, o gado ao invés de ceder uma parte do terreno à pequena agricultura, expulsa-a dos redutos em que ainda remanesce<sup>33</sup>.

Vê-se assim que a criação de gado na sua expansão em terras de mata, na maioria dos casos, vem suceder à agricultura, ocupando, seja as áreas de solos esgotados, seja os pastos que são formados em terras novas após uma breve cultura pioneira. Mantém-se, porém, a independência entre as duas formas de utilização da terra, como a regra mais geral. O mesmo se verifica quando, por vèzes, a própria cultura de

<sup>33</sup> Veja-se, a propósito — AB'SÁBER (Aziz Nacib) e BERNARDES (Nilo), *Livret-Guide* n.º 4, p. 153.

cereais em grande escala comercial invade os domínios da pecuária. É o caso da cultura do trigo e do arroz inundado nos campos do Rio Grande do Sul, praticada em terras arrendadas aos estancieiros. Do mesmo modo, é o caso do arroz de espigão nas terras de mata dos patamares basálticos do Triângulo Mineiro.

Há, entretanto, no Brasil, numerosos exemplos em que as duas atividades dão mostra de entrosamento, ainda que em graus variáveis e segundo características bem diferentes. Exemplos de certo modo pouco difundidos, não há dúvida, mas que mostram grandes possibilidades de maior e progressiva generalização.

2 — *Sistemas agrícolas melhorados* — Como deixamos entrever, não é simples o quadro da utilização da terra no Brasil. Os tipos tradicionais, cujos traços gerais acabamos de expor, são, não há dúvida, importantes, dada a grande área em que ocorrem, constituindo dêste modo, social e economicamente, a base da explicação da paisagem agrária em quase todo o território. Além do mais, os diversos tipos mais evoluídos de sistemas agrícolas que se podem encontrar constituem, com freqüência, uma modificação ora mais ora menos sensível, daqueles já mencionados. Com efeito, podemos identificar grande número de diferentes formas de exploração da terra, algumas bastante complexas, das quais procuraremos exemplificar as mais expressivas. Começemos com a pequena agricultura.

LEO WAIBEL, que deu particular atenção à pequena lavoura no Brasil, por estar muito interessado no problema da colonização à base da propriedade familiar, identificou alguns sistemas fundamentais aos quais fez também corresponder o estágio cultural e social do agricultor<sup>34</sup>. Segundo êle, teríamos: a) rotação de terras, subdividida em “rotação de terras primitiva” (por nós já referida e exemplificada) e a “rotação de terras melhorada”; b) rotação de culturas, também subdividida em “rotação de culturas primitiva” e “rotação de culturas melhorada” (esta com adubação permanente). A passagem de um sistema para outro mais evoluído, estabelece o mesmo autor, se daria à medida que melhoram as condições de acesso ao mercado consumidor. Praticamente, porém, muitas regiões permaneceram estagnadas, sem atingir a fase final de aplicação dos sistemas intensivos.

Vimos como a rotação de terras (primitiva), tal qual a lavoura itinerante, está muito relacionada com a pequena lavoura de subsistência. E também, como a introdução de uma cultura comercial nem sempre significa a mudança de sistema. A recíproca, entretanto, não é verdadeira. Isto é: é comum o pequeno lavrador só aplicar um sistema mais evoluído quando adota um ou mais produtos relativamente estáveis no mercado, cuja renda o estimule a melhorar de técnica. Essencialmente, pratica, então, uma pequena lavoura mista, onde, a par dos gêneros de subsistência, visa um produto comercial, seja agrícola seja animal.

<sup>34</sup> Além da obra citada, veja-se, também, do mesmo autor “O que eu aprendi no Brasil”.

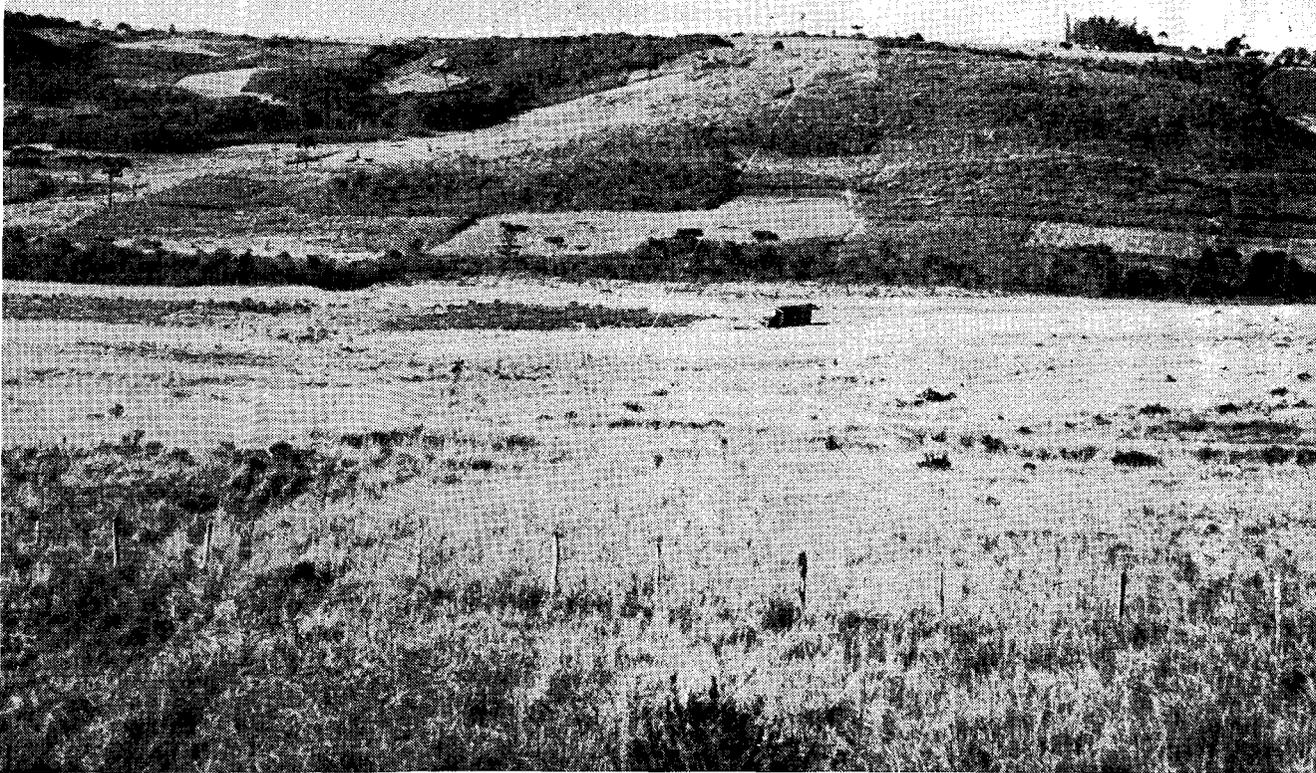


Fig. 16 — A geometria das parcelas não é característica unicamente de sistemas agrícolas oveluído. Em Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, em um ponto onde se encontram o campo limpo e a mata, podemos observar (foto) os retângulos de capoeiras em diversas alturas, segundo a idade, revelando como se deslocam as parcelas de cultivo em uma rotação de terras. (Foto T. Somlo — CNG, 1958).

A “rotação de terras melhorada” se baseia ainda na prática do pousio do solo, e, freqüentemente, na queima da capoeira, mas o arado tem largo emprêgo e são tomados certos cuidados rudimentares: o de enterrar os restos de vegetais com a aração, por exemplo. Há uma variedade maior de culturas, bem maior do que nos sistemas mais primitivos. Aliás, o emprêgo dêsse sistema explica-se pela melhoria das comunicações e a maior facilidade de contacto do agricultor com os mercados. Largamente difundida entre os colonos do sul do Brasil, existe um pouco por tôda a parte do país. Assim é que, no vale do rio do Peixe, em Santa Catarina, o produto comercial é a alfafa, não adubada, que se desloca pelo terreno, a exemplo das culturas de cereais e tubérculos que visam, principalmente, a subsistência.

Compreende-se que mesmo com tais práticas, pouco superiores às da rotação de terras primitiva, o solo não é indene ao esgotamento, nem o lavrador livre da estagnação ou decadência.

Quando, porém, um produto comercial mais exigente é adotado e o solo já perdeu grande parte de sua riqueza, emprega-se adubo químico ou orgânico, sem dispensar, contudo, a mudança periódica das

parcelas em cultivo. É, então, atingida uma fase de transição para a rotação de culturas: no trato de terra, parcimoniosamente adubado para o produto comercial de maior valor, sucedem-se, por alguns anos (três ou quatro geralmente) vários produtos de verão (milho, feijão e outros) e de inverno (trigo, centeio ou outros). Após o que, a terra entra em pousio. A um sistema como êsse, por exemplo, está ligada a cultura da batata-inglês em alguns lugares do centro-sul do Paraná (Contendas, Araucária e Irati) e, de modo menos característico, a do fumo em alguns pontos das colônias antigas do Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. No noroeste dêste estado, generaliza-se a adubação verde com o cultivo da soja, a qual se tornou responsável, mesmo, pelo incremento da produção em áreas onde já eram sensíveis sinais de decadência. A folhagem da soja é enterrada com o arado, o que vem aumentar o benefício nitrofixador da leguminosa. É adotada, então, uma breve repetição alternada das culturas de verão e inverno, seguida de mudança de parcela. A expansão dêste sistema milho-soja (as duas culturas são feitas intercaladas) faz-se, rapidamente, renunciando uma verdadeira evolução na pequena lavoura do Sul do país pela adubação verde. Uma incipiente preocupação pelo combate à erosão acompanha, esporadicamente, tais melhorias de sistema. Na verdade, é uma “rotação de culturas intermitente”, a meio caminho entre a rotação de terras e o emprêgo de técnicas francamente intensivas.

O sistema de pousio das terras assume, ainda outros aspectos bem distintos dos que vêm de ser exemplificados. Assim, nos solos oriundos de tufos vulcânicos da Mata da Corda, Minas Gerais, pratica-se verdadeiro sistema de rotação de pastagens e culturas. Cultivado determinado trecho durante certo número de anos (três ou quatro geralmente) êle é deixado depois em pasto de capim-gordura. Após certo período, volta o pasto a ser cultivado normalmente<sup>35</sup>. Prática semelhante é adotada nas zonas de invernadas de Feira de Santana<sup>36</sup>. Em grande parte do “agreste” nordestino, as propriedades são divididas em cercados para o gado, para os cereais e para o algodão, assim proporcionando uma fraca adubação, ao mesmo tempo que os animais se alimentam das sobras da lavoura, em uma época de pastos minguados pela estação sêca.

WAIBEL designou “rotação de culturas primitiva” a alternância de culturas diferentes em uma mesma terra, sem adubação. Está ligada à excepcional fertilidade de certos solos, como, por exemplo, a terra roxa, tal como sucede na zona pioneira do norte do Paraná. É, sem dúvida, um sistema insubsistente, porquanto o solo não tardará a exigir um pousio, passando-se então para uma rotação de terras. Entretanto, em alguns lugares, o inconveniente da falta de adubação é contrabalançado pela introdução de leguminosas, seguindo um círculo de alternância de

<sup>35</sup> Comunicação pessoal de ORLANDO VALVERDE.

<sup>36</sup> DOMINGUES (Alfredo José Pôrto) e KELLER (Elza Coelho de Sousa), ob. cit., p. 195.

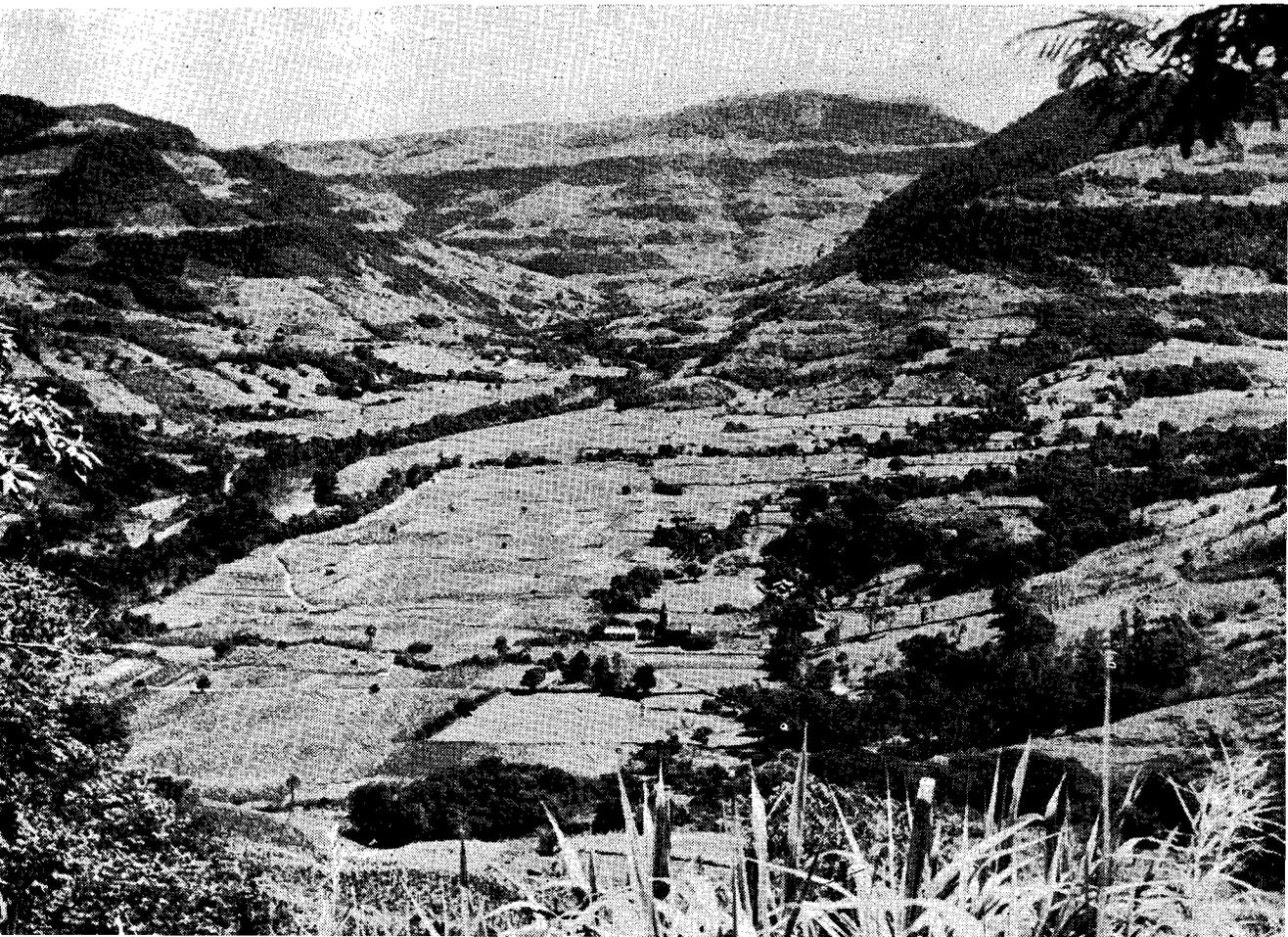
culturas bem regular, ainda que não se trate de uma adubação verde vigorosa<sup>37</sup>. Mas é relativamente raro que tal aconteça.

Finalmente, os tipos mais intensivos de pequena lavoura, aqueles em que é empregada a rotação de culturas, com adubação regular, são também encontrados no Brasil. Para os europeus, as culturas anuais adubadas, comumente, implicam na perfeita associação das duas atividades agrícolas fundamentais, criação e cultivo, o *mixed farming*, como caracterizam os ingleses e norte-americanos. Entre nós, nem sempre isso acontece.

Comumente difundida é a idéia de que a aplicação de métodos intensivos na agricultura no Brasil está, diretamente, ligada ao trabalho dos imigrantes nas áreas coloniais dos estados meridionais ou nas zonas hortícolas em torno das grandes cidades, setor em que, inegavelmente, os japoneses e lavradores de origem européia se salientaram. Preliminarmente, seja ressaltado que a área de rotação de culturas nas colônias do Sul do país é menor do que se poderia supor, especial-

<sup>37</sup> É o que WAIBEL designou "Sistema Dois Irmãos". Veja-se: VALVERDE (Orlando), *Excursão à Região Colonial Antiga do Rio Grande do Sul*, in R.B.G., ano X, v. 4 p. 494.

Fig. 17 — Na rotação de culturas, o emprêgo do adubo permitindo a exploração intensiva do solo, todo o espaço é variadamente cultivado como este fundo de vale, na zona da Encosta do Planalto rio-grandense, em cujas vertentes os cultivos esparsos e as capoeiras e capoeirões compõem o quadro da rotação de terras. (Foto T. Jablonsky — CNG. 1959).



mente se considerada em relação ao conjunto da superfície povoada pelos imigrantes e seus descendentes.

Apenas em certos vales da encosta e pequenos trechos isolados no planalto sul encontraremos a rotação de culturas, no caso, uma “rotação de culturas associada à criação de gado”: são as propriedades de alemães e teuto-brasileiros nos baixos vales do Itajaí e seus afluentes, bem como no Caí e Taquari (RGS); são as colônias isoladas, em terras de campo, como as dos holandeses em Carambeí (Castro, Paraná) e dos menonitas (Curitiba, Paraná) bem como a dos holandeses no campo cerrado (em Mojimirim, São Paulo). Há estabulação do gado, o estru-

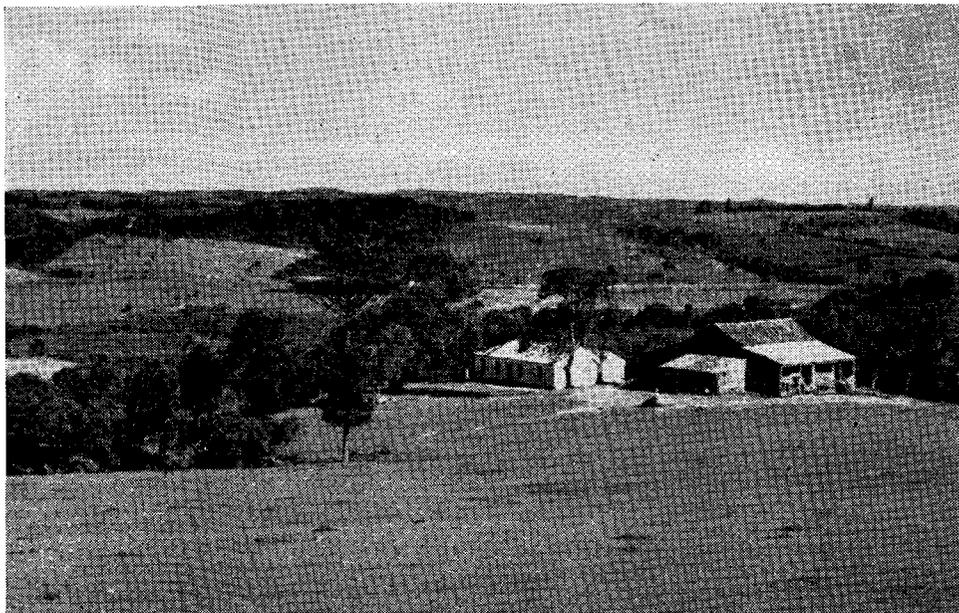


Fig. 18 — O estábulo ao lado da sede do estabelecimento é um aspecto raro na paisagem agrária brasileiras. Rotação de culturas com criação de gado em um trecho da Colônia São Lourenço, Rio Grande do Sul. No primeiro plano, um potreiro. (Foto Nilo Bernardes — CNG, 1956).

me é regularmente recolhido, curtido e aplicado nas lavouras. Reciprocamente, para atender à alimentação dos animais, o plantio das forrageiras é parte importante das culturas que se alternam nas diversas parcelas do terreno. Sem dúvida, é êste sistema o mais recomendável para a pequena agricultura, dada a variedade e quantidade da produção agrícola, que permite a farta produção do leite e seus derivados. Além da grande aplicação de trabalho que exige, não há dúvida, requer êle também capital suficiente e um razoável padrão cultural por parte do agricultor.

Entretanto, não é essa a única modalidade de rotação de culturas existente entre nós. Em área de povoamento genuinamente luso-brasileiro, como é o Recôncavo da Bahia, observa-se rotação de culturas em que o produto comercial é o fumo. A regra geral é uma rotação trienal, seguindo-se o fumo (adubado), o milho e o feijão e, em seguida a mandioca, que é sucedida pelo fumo, novamente com o emprêgo de



Fig. 19 — O testemunho de como o emprêgo de técnicas superiores convenientemente adaptadas pode vencer as condições naturais adversas, se tem na Colônia de Carambeí, estado do Paraná, onde os infatigáveis colonos holandeses prosperam em um solo paupérrimo e ácido como o dos Campos Gerais. (Foto T. Jablonsky — CNG, 1956).

estrumo. É, como dizem, uma “lavoura de pobre”, realizada em pequenas parcelas arrendadas (a dinheiro ou em dias de trabalho). Não há, todavia, associação à criação de gado. Muitos não o possuem e compram o estêrco proveniente das fazendas do sertão vizinho. Os que têm algumas cabeças, mesmo assim não as estabulam<sup>38</sup>. Por outro lado, se os que são proprietários mantêm um pasto cultivado, ao lado do espontâneo, a produção de forrageiras é quase inexistente. Este sistema de cultivo intensivo não é fruto de evolução mais ou menos recente ou resultado de influências alienígenas. A cultura do fumo na região é mais que tricentenária e ANTONIL já se refere ao emprêgo do adubo animal para a mesma<sup>39</sup>. Constitui, pois, um caso anômalo na agricultura brasileira esta forma intensiva de utilização da terra. Tanto mais que, como vimos, tratando-se de um produto de grande valor comercial, não veio, entretanto, a constituir, no período colonial uma organização do tipo *plantation*.

Em algumas outras áreas luso-brasileiras o estrume é aplicado, também, com regularidade na pequena lavoura, embora não se tenha constituído ainda, ao que parece, um verdadeiro sistema de rotação de culturas. ELZA KELLER relata-nos a utilização generalizada de estrume de curral e de bode na fertilização das roças, mais especialmente nas culturas de cana, em alguns vales da zona norte das chapadas piauienses e na Ibiapaba, no Ceará. Mesmo em solos de campo cerrado são praticadas algumas lavouras empregando-se êsse recurso<sup>40</sup>.

Um aspecto que nos parece dos mais significativos em se tratando da evolução para o emprêgo de métodos intensivos, é o que vem sucedendo nos anos recentes com a grande lavoura comercial da cana e do café.

A aração regular e a aplicação de fertilizantes químicos para os canaviais já são medidas que se vão tornando gerais nas principais pro-

<sup>38</sup> Alguns prendem o gado, à noite, em um cercado fixo, ou curral para recolher o estrume. Outros preferem deslocar o cercado dentro do terreno a ser cultivado com o fumo a fim de fazerem adubação diretamente.

<sup>39</sup> ANTONIL (André João), *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* pp. 181 a 204.

<sup>40</sup> DOMINGUES (Alfredo José Pôrto) e KELLER (Elza Coelho de Sousa), *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, vol. III o Meio-Norte, p. 35.

priedades usineiras, no Nordeste como na zona campista ou no estado de São Paulo.

Porém, verdadeira revolução agrícola, prometendo efeitos mais fecundos e mais generalizados, ocorre, atualmente, em certas áreas cafeiras de São Paulo. Como vimos, na quase totalidade das propriedades cafeiras, fazendas ou sítios, desenvolve-se também a criação de gado, em grande parte, contudo, tratando-se de mera justaposição das duas atividades. Mas em certas zonas de ocupação relativamente antiga chegou-se a um sistema em que cafèzais velhos são recuperados ou conservados, bem como novos cafèzais são formados em terras já muito utilizadas, com aplicação de composto orgânico à base do estrume.

O traço característico do sistema é a criação de gado objetivando a adubação de uma lavoura permanente, o café, e, conseqüentemente, a necessidade de manter uma criação semi-intensiva já se nota com freqüência. Não se trata, pois, de uma adubação esporádica. Na zona

*Fig. 20 — Por um sem número de exemplos pode-se dizer que bem na retaguarda das zonas pioneiras atuais, o velho espaço agrário, depois de um período de declínio econômico, vem sendo revalorizado segundo processos a que não são estranhas técnicas dantes inusitadas. Assim ocorre com essa velha fazenda em Amparo, estado de São Paulo, onde os cafèzais como que ressuscitam, mas já agora evitando os vícios que lhes aceleraram a decadência e morte. As fileiras obedecem às curvas de nível e as plantas são cuidadosamente estrumadas.*  
(Foto T. Jablonsky — CNG, 1959).



de Araraquara, acresce a circunstância da presença de uma grande indústria de laticínios, tornando o processo mais lucrativo. O emprêgo do composto orgânico, aliás, não é técnica originada no Brasil. Aperfeiçoada na Índia (processo Indore), vem sendo adaptada no Quênia <sup>41</sup>.

Na zona em aprêço, tanto os grandes fazendeiros quanto os pequenos sitiantes adotam êste sistema em que a produção fundamental é "café" e "leite". Com êle, também, outras antigas áreas cafeeiras iniciam incipientemente, a formação de novos cafêzais em terras cansadas, como se pode observar nas proximidades de Campinas. E, mesmo em áreas remotas, como no Espírito Santo, começa êle tímidamente a ser aplicado.

### A VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÍCOLA E SUAS DIFICULDADES

As características mais gerais da organização da economia rural brasileira são, a um mesmo tempo, os principais fatôres que pesam no seu desenvolvimento.

Sem dúvida, é importante a consideração das condições naturais inerentes à zona tropical, que estão a exigir constantes e intensas pesquisas de processos adequados para adaptação de melhores formas de exploração da terra. De modo particular, no que se refere ao comportamento e às qualidades específicas dos solos, há ainda muito a fazer.

Pouco menos de 6%, apenas, do território brasileiro não apresentam características francamente tropicais. Esta realidade precisa ser encarada, ao se pretender que a economia rural seja conduzida a uma produção intensiva em verdadeiro equilíbrio ecológico.

Fatôres também importantes, inegavelmente, são as condições econômicas, de ordem geral reinantes no país.

Lembre-mo-nos da importância considerável que tem uma boa rêde de transportes para o progresso quantitativo e, portanto, o estímulo à melhoria técnica da produção agropastoril. E bem sabemos como, em muitas regiões brasileiras, a falta de comunicações razoáveis, conduz a produção agrícola a um ciclo quase fechado, alimentando a rotina e favorecendo uma organização econômica e social que estariam mais de acôrdo com as condições do Brasil colonial.

Ainda de ordem geral é a situação de dependência em que se acham os setores mais importantes da produção em relação ao mercado externo e mesmo, no que diz respeito ao mercado interno. Dependência que se traduz na extrema sensibilidade face às oscilações de consumo e de preço e nas constantes incertezas daí resultantes. Paralelamente, mantém-se a tendência à especulação, em diversos setores da lavoura comercial, permitida pelo sumarismo das técnicas adotadas.

Por outro lado, ressentem-se as atividades agrícolas de capital, fato a que se somam as restritas oportunidades de financiamento. Financia-

<sup>41</sup> PELZER (Karl J.), *Geography and the tropics em Geography in Twentieth Century* p. 334.

mento, aliás, de acesso mais difícil aos médios e pequenos produtores, justamente os que dispõem de ínfimos capitais, quando dispõem. Naturalmente, as técnicas de cultivo ressentem-se dessa circunstância, uma vez que o objetivo da maioria dos pequenos e médios produtores é, antes de mais nada, produzir o mais rapidamente e com o mínimo de dispêndio. Na verdade, parece que quase se estabelece um círculo vicioso: não há capitalização porque há baixos rendimentos; há baixos rendimentos, porque não há recursos necessários ao emprêgo de melhores técnicas, com implementos adequados, fertilizantes, despesa suficiente contra as pragas e outras condições. Um terceiro elemento pode ser seguramente introduzido nesta espécie de círculo vicioso: o baixo padrão cultural e sanitário de grande parte da população rural.

Tudo isso, enfim, se reflete na paisagem geográfica que revela a pequena proporção do efetivo aproveitamento das terras, a estagnação ou decadência de muitas áreas, apenas uma geração após a dos primeiros desbravadores, a pobreza e a instabilidade da maioria da população, via de regra retratadas pela precariedade das habitações rurais.

São, portanto, fatores a pesar, predominantemente, na economia rural brasileira, insistimos, aquêles intrínsecos à própria estrutura agrária, à organização das propriedades e ao caráter extensivo dos métodos nelas empregados.

O caráter extensivo implica em trabalho rudimentar e se traduz no esgotamento rápido do solo, para o que muito colaboram as fortes chuvas tropicais.

O instrumento de trabalho mais difundido nas regiões agrícolas do mundo — o arado — apenas recentemente é que vai tendo difusão mais larga pelo país. Assim mesmo, não é difícil encontrarmos zonas agrícolas onde os lavradores jamais viram êste petrecho.

Paralelamente ao pequeno emprêgo de implementos outros que não a enxada e a foice, a energia empregada nas lides agrícolas é, predominantemente, muscular humana. Segundo os dados de censo de 1950, a força empregada nos trabalhos de preparo do solo, cultivo e colheita, destocamento e derrubada de matas assim se distribuía: força mecânica — apenas 0,03% dos estabelecimentos; força animal — 26,85%; força animal e força mecânica 0,27%; sem emprêgo de força (trabalho exclusivo do homem): 72,85%. Não deixa de ser paradoxal o fato de em um país onde o gado grosso é numéricamente bem superior à população, se desconhecer em quase três quartas partes dos estabelecimentos rurais outra força de trabalho na lavoura que não a do homem. É irrisório o nível de mecanização no qual ainda permanece o Brasil, mesmo se houver triplicado o número de tratores existentes em 1950, quando, apenas, cêrca de seis mil estabelecimentos dispunham do total de menos de nove mil tratores. A maior parte, diga-se, distribuída pela região Sul.

Entretanto, cremos que incrementar a mecanização sem a adoção de métodos racionais de cultivo será dotar o lavrador de um meio de

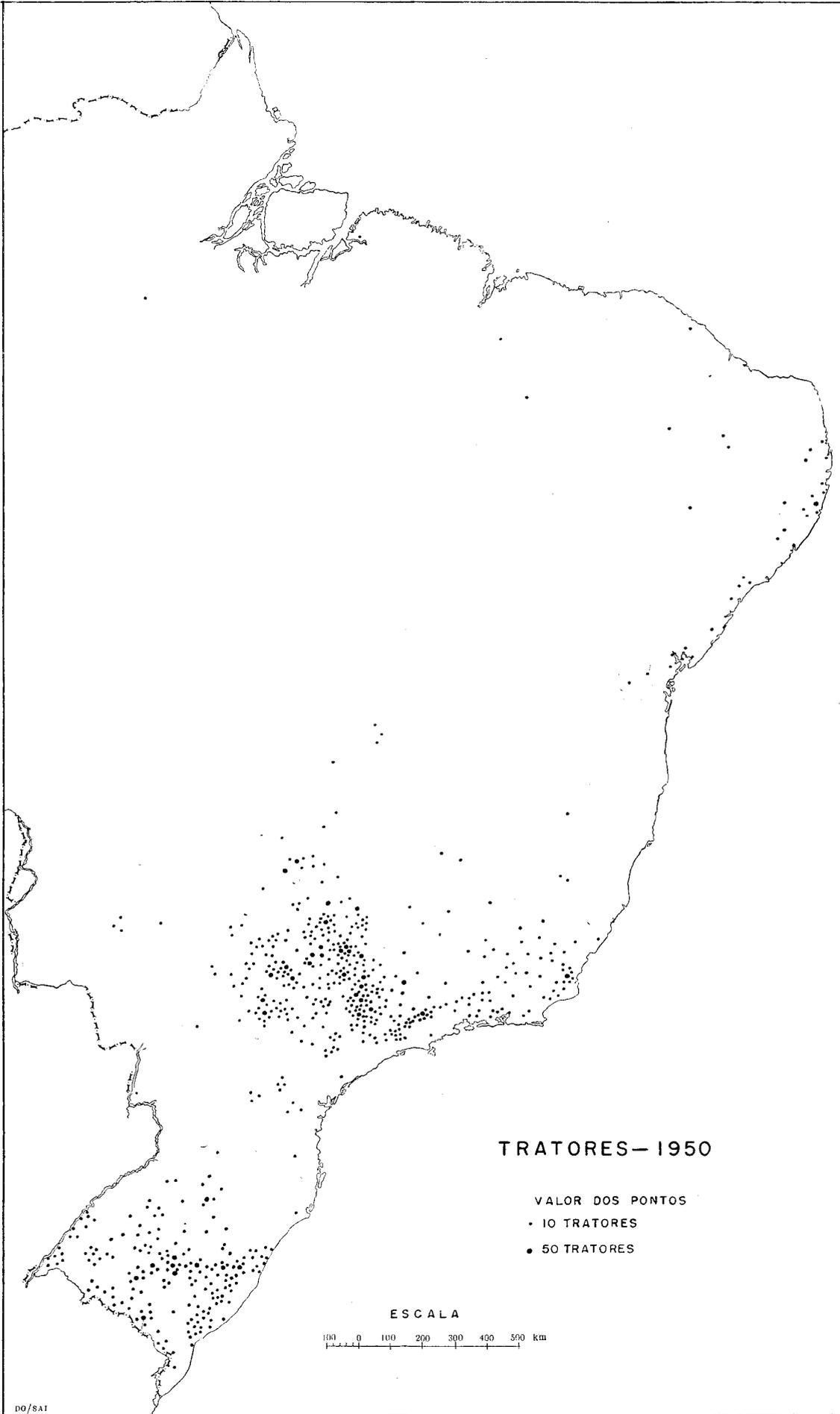


Fig. 21

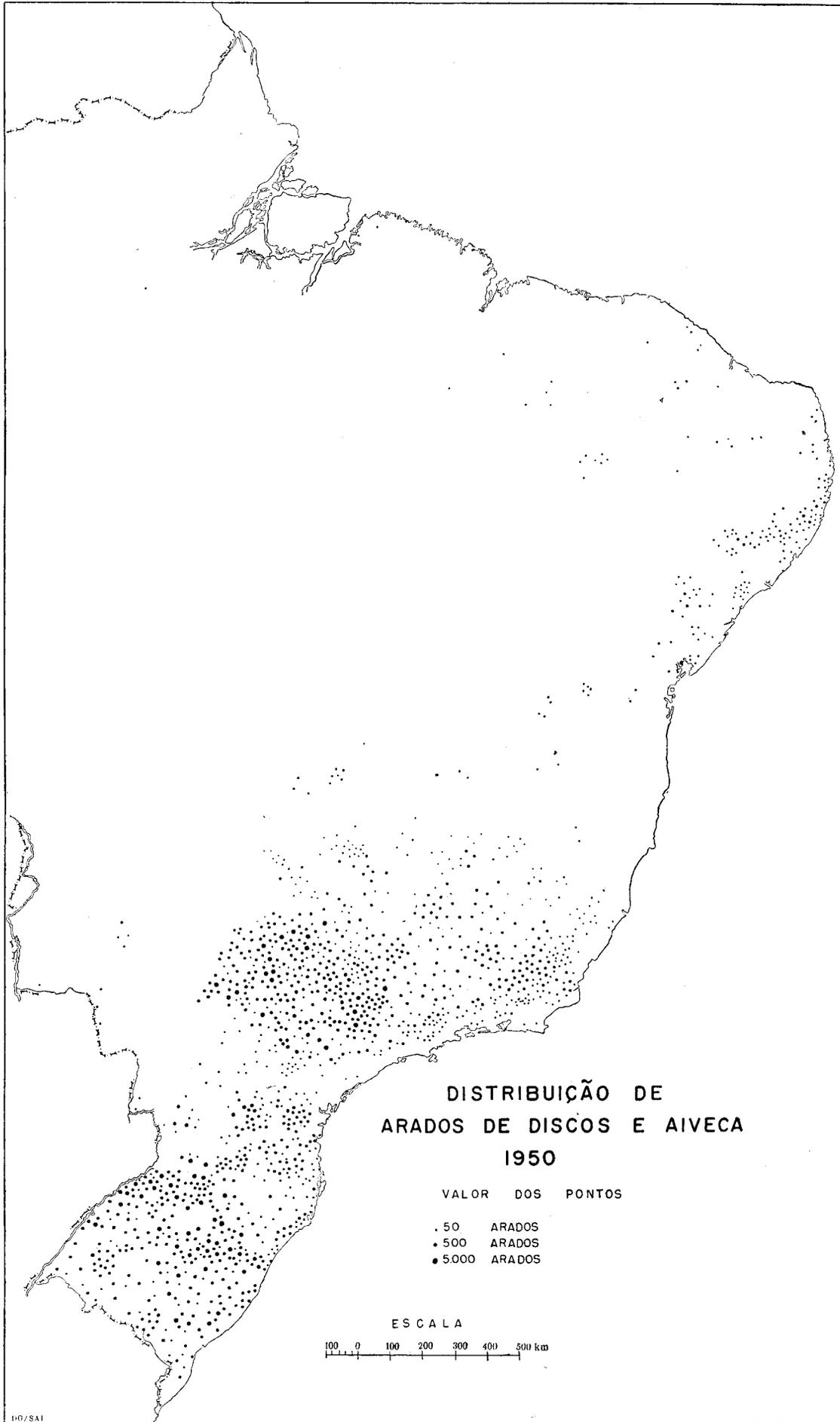


Fig. 22

mais rápido desgaste do solo. A área degradada com a lavoura de enxada será, assim, bem maior se o “minerador de solos” dispuser de máquinas eficazes.

O conhecimento de práticas conservacionistas do solo é ainda, entre nós, fato excepcional. Assim, a insistência com que se continua fazendo qualquer plantio segundo as linhas de maior declive é a mostra de que o problema de erosão do solo está fora da cogitação da maioria dos lavradores <sup>42</sup>.

São bem conhecidos os efeitos da nossa agricultura extensiva, predatória, seja da lavoura dita permanente, seja da anual. Lembramos, atrás, o que significou a marcha do café em direção ao oeste de São Paulo. Mesmo nas regiões de pequenos proprietários, como é comum no estado do Paraná, vamos também encontrar estas “paisagens-tapera” — terras em que a densidade de ocupação atual não está mais em acôrdo com o grau da devastação e do uso pretérito do solo que a observação revela <sup>43</sup>. Paisagens que bem consubstanciam o que JAMES designou por *hollow frontiers* — zonas de depressão demográfica <sup>44</sup>. Verdadeiras ruínas da ocupação humana, em tudo e por tudo o oposto das dinâmicas frentes pioneiras que centenas de quilômetros adiante rolam sôbre a mata virgem na constante caça ao humo dos solos florestais. MONTEIRO LOBATO em *Cidades Mortas*, nos pinta esta paisagem-tapera imediatamente antes da reocupação das terras cafeeiras pelos fazendeiros de gado, no vale do Paraíba, quando a população fluía para o oeste e o sapê (*Imperata brasiliensis*), índice das terras exaustas, ganhava terreno. Ainda que de modo muito atenuado, as mesmas linhas podem aplicar-se para várias outras regiões. Em muitas zonas de pequenas propriedades, seja nas áreas coloniais já mencionadas ou mesmo em parte do centro de Goiás, a pequena propriedade, reduzida a pouco mais que umas raquíticas capoeiras, permanece indivisa ou é anexada a outras. É, assim, possível o aumento do ciclo de rotação ou um pequeno acréscimo da área cultivada, a fim de equilibrar, de certo modo, a queda de produtividade do solo. Com facilidade, os excedentes demográficos e os inconformados com os baixos níveis de produção vão procurar, bem mais adiante, as terras virgens em que repetirão a mesma técnica.

Numerosas áreas agrícolas brasileiras ilustram a afirmação de eminente geógrafo de que não são as terras de velhas civilizações mas as de povoamento recente as porções mais desgastadas do globo <sup>45</sup>.

A rápida expansão do espaço agrícola brasileiro realizada nas condições apontadas, acarretou, pois, ônus específicos. O avanço da área de maior produção, no Sudeste e no Sul, com o conseqüente alongamento das linhas de escoamento para os principais mercados internos

<sup>42</sup> Somente a partir de 1942, tiveram início no Brasil estudos especializados de conservação do solo, com a instalação de uma estação experimental em Viçosa, MG, logo seguida (1943) por uma secção de conservação do solo no Instituto Agronômico em Campinas.

<sup>43</sup> Cremos que a expressão “paisagem-tapera” é a mais próxima da que WAIHEL empregava para este tipo de paisagem cultural: *ghost landscape*.

<sup>44</sup> JAMES (Preston), *The changing pattern of population in São Paulo State, Brazil*.

<sup>45</sup> SAUER (Carl O.), cit. por STERNBERG (Hilgard O'Reilly), *Agriculture and Industry in Brazil*, p. 488.

ou para os centros de exportação, ocasionou, entre muitos problemas, os da sobrecarga de fretes, da carência de armazenamento local quase nunca adequado, ou da manutenção econômica das vias de transporte, cujo movimento de mercadorias nos trechos intermediários não é suficientemente remunerador. Entende-se, pois, como se torna cada vez mais compensadora a revalorização de áreas de terras cansadas, à retaguarda, tal como assinalamos ao mencionar inovações mais ou menos recentes na lavoura cafeeira.

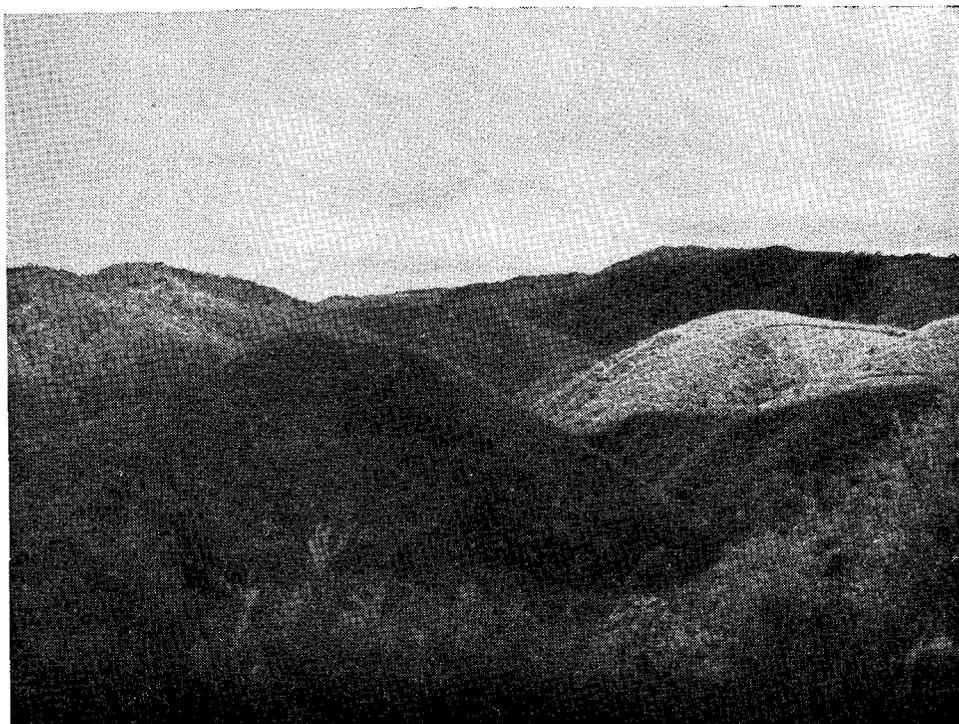


Fig. 23 — Os métodos extensivos de cultivo conduzindo rapidamente ao esgotamento do solo refletem-se com frequência nas paisagens-tapera (ghost landscape). A foto mostra um samambaial entre Barra Negra e Pinheiral, estado de Santa Catarina.  
(Foto T. Somlo — CNG, 1953).

Acresce que, no caso especial do café, está se chegando, também, aos últimos recantos florestais do Sudeste onde é possível seu cultivo sem grandes riscos. Em direção ao sul, as geadas mais regulares ameaçam as lavouras e, mesmo, o solo de terra-roxa que lhe é predileto confina-se ao âmbito do clima tropical de altitude, embora o *trapp* venha a apresentar, para o sul, sua maior área de afloramento.

Esta verdadeira revalorização do espaço agrícola, onde as terras já exauridas de sua fertilidade natural não comportam mais os processos extensivos, forçosamente, compreenderá a pequena agricultura, principal responsável pela produção de alimentos: é uma necessidade que decorre do extraordinário crescimento da população brasileira, acompanhado, por outro lado, do surto de urbanização e industrialização. A êsse respeito, gostaríamos de lembrar outro problema de base geográfica que, dia a dia, irá pesando mais sobre a agricultura brasileira.

As grandes reservas de mata original estão se tornando escassas, de modo mais ou menos rápido. As frentes pioneiras se desfazem na orla dos campos onde a agricultura termina sua expansão. As regiões de campos — campinas e cerrados — que abrangem considerável porção do território nacional, não poderão ficar fadadas a constituir área de débil ocupação, esporadicamente cultivadas e escassamente povoadas. Correspondendo, geralmente, a uma topografia suave e não carecendo de desbravamento, êsses solos são ideais para a mecanização. Alguns resultados favoráveis prenunciam uma mudança de atitude também a respeito do cultivo dos campos: a lavoura de trigo em alguns lugares dos campos sulinos, mesmo onde os solos não são dos melhores, o êxito isolado de colônias como as dos holandeses nos Campos Gerais, arenosos e ácidos, (Carambeí) e nos campos cerrados de São Paulo (Holambra). Mas são igualmente a prova de que a falta de fertilidade natural dêsses solos exige, para seu cultivo, capital, esforço e nível cultural elevado da parte do agricultor.

Para o pequeno produtor, a forma econômica mais adequada de ocupação dos campos parece ser aquela em que a agricultura está associada à criação de gado. Como, aliás, seria a mais racional para o desenvolvimento de uma agricultura intensiva nas zonas de ocupação antiga, não somente nas do Brasil meridional, mas em muitas outras da região tropical. Neste ponto, porém, corremos o risco de alongarmos na controvérsia sobre o destino das atividades agrárias nas áreas tropicais e as possibilidades de adubação com estrume. Apenas duas observações a respeito desejamos aqui citar.

GOUROU, de grande experiência na geografia tropical, foi bastante incisivo quando disse: “É fácil se verificar que o emprêgo de estrume em região tropical faz sentir seu efeito bem menos tempo do que em país temperado, alguns meses somente em lugar de dois ou três anos”<sup>46</sup>. Concede, porém, que isso venha a ser possível, mas com a aplicação de técnicas científicas modernas, fora do alcance das civilizações tradicionais.

WAIBEL, porém, que aqui chegara céptico quanto às possibilidades de adubação com estrume no Brasil tropical, teve uma verdadeira revelação quando se lhe deparou a zona fumageira do Recôncavo baiano: “Tenho hoje outra opinião sobre êsse assunto e vejo as possibilidades das baixadas tropicais brasileiras com um ponto de vista muito mais favorável do que antigamente”<sup>47</sup>.

A pressão demográfica, de certo modo existente em algumas zonas, e mais a exigüidade de terras melhores para o cultivo, são fatores a coagir nosso agricultor para um tratamento razoável do solo. Ou, mais ainda, para obtenção de bons rendimentos em terras tradicionalmente consideradas como não sendo de lavouras. Como sucede, aliás, em trechos de cerrados nas chapadas piauienses e na Ibiapaba cearense.

<sup>46</sup> GOUROU (Pierre), *Les pays tropicaux*, pp. 20 e 115.

<sup>47</sup> WAIBEL (Leo), *ob. cit.*, p. 426.

Independentemente do aproveitamento do adubo animal, pode-se observar que o emprêgo de fertilizantes químicos é também limitado. Pode-se ver que, mesmo excluídos aquêles estabelecimentos classificados pelo censo como apenas de exploração pecuária, a despesa efetuada com o pagamento de impostos foi maior do que a computada na aquisição de adubos e fertilizantes.

Em não poucos casos, a introdução de práticas evoluídas de cultivo, nas quais a preservação ou a restauração da fertilidade dos solos seja a preocupação principal do lavrador, é dificultada pela própria estrutura agrária predominante. Que interêsse podem ter os numerosos e instáveis meeiros e rendeiros dedicados a uma lavoura que visa apenas suas necessidades ou as de um mercado local pouco exigente, em tratar bem uma terra que não é sua. Quanto ao proprietário, absenteísta e mais interessado no lucro fácil de um sistema que lhe exige pouco trabalho de administração, poucas vêzes se dispõe a empregar capital ou a se comprometer com financiamentos para aplicá-los em uma exploração intensiva com o concurso de parceiros. Prefere, se tem disponibilidades financeiras, uma lavoura de caráter comercial, com o emprêgo de assalariados.

A êsse respeito, nada é tão expressivo como o que ocorre na região semi-árida. Muito mencionado tem sido o caso das faixas marginais aos grandes açudes nordestinos. Por falta de oportuna desapropriação, tais áreas permaneceram nas mãos de grandes proprietários que pouco se interessam por um melhor aproveitamento das mesmas. Por outro lado, se quase todos os fazendeiros procuram construir pequenos açudes particulares, não se nota um desenvolvimento apreciável das lavouras irrigadas na região. A qualquer medida oficial procurando aproveitar boas áreas irrigáveis, vencendo a rotina e a inércia do fazendeiro, depara-se logo o problema de desapropriações vultosas.

A área irrigada no Nordeste semi-árido é, com efeito, ridícula, se levarmos em consideração ser o problema da água o mais premente da região. A maior contribuição neste sentido tem sido, ainda, a da iniciativa governamental. Ao que parece, as possibilidades de irrigação em condições econômicas abrangem extensão muito restrita para o conjunto da área sujeita ao flagelo das sêcas. Um cálculo julgado otimista avalia a área irrigável sob condições econômicas razoáveis em 200 000 hectares, ou seja 0,2% da área incluída no Polígono das Sêcas<sup>48</sup>. Trata-se aqui sômente da área irrigada por gravidade. Maiores possibilidades, apresenta a irrigação por aspersão. Mais uma vez pode-se notar um passo importante registrado na grande lavoura comercial. É sobretudo nas lavouras cafeeiras e na pomicultura que se vem notando difusão cada vez maior, embora ainda em escala limitada, do processo de aspersão.

<sup>48</sup> Comissão Nacional de Política Agrária — *Os Problemas da Terra no Brasil e na América Latina*, pp. 33 e 34.

Por outro lado, o predomínio do arrendamento na lavoura de arroz realizada em grandes propriedades do Rio Grande do Sul obriga a adoção do sistema de bombeamento da água. A produção teria custo menor se fôsse possível a construção de maior número de açudes, o que, entretanto, acarretaria empate de capital irrecuperável por parte do arrendatário. Prova de que o regime de terras representa, no caso, a principal limitação é o fato de que os pequenos proprietários rizicultores em Santa Catarina costumam adotar a inundação por gravidade<sup>49</sup>.

A complexidade do problema agrário brasileiro sofre, nos últimos anos, interferência cada vez maior do desenvolvimento urbano. Mas se a vida citadina oferece constantes atrativos, estimulando o êxodo, muitas áreas rurais na impossibilidade de oferecerem melhores condições de aproveitamento da terra, não conseguem fixar os próprios acréscimos demográficos. Outras, como vimos, degradado o solo, despovoam-se em favor de zonas agricolamente promissoras.

As correntes emigratórias do Nordeste têm sido por muitos atribuídas, de modo unilateral, aos efeitos calamitosos das sêcas. Entretanto, elas se continuam, ainda que em escala mais modesta, mesmo nos anos considerados normais. As áreas-foco principais das constantes correntes migratórias para o sul localizam-se no centro-sul da Bahia e norte de Minas Gerais, onde os efeitos das sêcas são bastante reduzidos. Por outro lado, são também apreciáveis focos emigratórios as zonas agrícolas do litoral nordestino, regularmente favorecidas pelas chuvas. Focos normalmente mais importantes do que as zonas do sertão.

Noutro extremo do país, na Campanha rio-grandense, se nos depara o exemplo muito bem frisado por FERNANDO CARNEIRO: as grandes propriedades imutavelmente pastoris são incapazes de suportar qualquer excedente demográfico apreciável e os arredores das grandes cidades povoam-se de famílias às quais os campos não oferecem trabalho<sup>50</sup>.

Muitas vêzes, contudo, não se trata mais de um simples extravasamento demográfico. Dêste modo, o efeito da concorrência urbana se faz sentir na carência e inconstância maior da mão-de-obra agrícola em muitas regiões.

A consciência cada vez maior e mais generalizada das debilidades da nossa organização agrária, nos aspectos fundamentais que viemos de esquematizar, leva a estudos e à aplicação de soluções que assumem caráter de urgência. Tais soluções, de nítida necessidade econômica, mas envolvendo relevantes aspectos sociais, objetivam, em suma, a revalorização dêste já imenso espaço agrícola brasileiro, tão depredado, em algumas áreas, ou tão parcamente ocupado em outras. E não nos faltam exemplos de como tais inconvenientes podem ser evitados ou corrigidos.

<sup>49</sup> Veja-se BERNARDES (Lysia Maria Cavalcanti), *Cultura e Produção do Arroz no Sul do Brasil*.

<sup>50</sup> FERNANDO CARNEIRO (J. F.), *ob. cit.*

ANEXO I

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS RECENSEADOS			ESTABELECIMENTOS EM TERRAS PRÓPRIAS				
	N.º	Área (ha)	Área média (ha)	N.º	Área (ha)	% da área total	% do n.º total	Área média
<b>BRASIL</b> .....	2 064 642	232 211 106	113	1 636 964	202 180 545	87,1	79,28	123,50
<b>NORTE</b> .....	78 227	23 107 947	295,4	53 673	16 371 538	70,8	68,61	305,02
<b>NORDESTE</b> .....	543 698	41 496 826	76,3	383 435	38 889 203	93,71	70,52	101,42
<b>LESTE</b> .....	660 732	59 573 643	90,2	597 414	55 605 537	93,3	90,41	93,07
<b>SUL</b> .....	702 234	54 427 962	77,5	549 237	45 670 019	83,9	78,21	83,15
<b>CENTRO-OESTE</b> .....	79 751	53 604 728	672,2	53 205	45 644 158	85,1	66,71	858,26
Rondônia.....	530	693 775	1 303,0	297	446 080	78,7	56,03	1 838,65
Acre.....	1 701	8 897 893	5 231,0	732	5 001 473	56,20	43,03	6 832,60
Amazonas.....	15 220	5 592 863	367,5	11 655	3 917 337	70,04	76,57	326,10
Rio Branco.....	445	595 795	1 338,9	366	553 441	92,89	82,24	1 512,13
Pará.....	59 877	6 593 299	110,1	40 242	5 678 089	86,11	79,09	141,09
Amapá.....	454	734 232	1 617,3	301	675 118	91,94	83,92	1 771,96
Maranhão.....	95 165	9 538 144	100,2	27 862	8 826 226	92,53	29,27	316,78
Piauí.....	34 106	7 876 552	230,9	31 584	7 538 330	95,70	92,60	238,67
Ceará.....	86 650	10 200 877	117,7	78 575	9 719 468	95,28	90,63	122,69
Rio Grande do Norte.....	34 391	3 768 839	109,6	29 478	3 551 392	94,23	85,71	120,47
Paraíba.....	69 117	3 606 939	52,2	56 584	3 394 147	94,10	81,86	59,98
Pernambuco.....	172 268	5 022 682	29,2	123 196	4 486 367	89,32	71,51	36,41
Alagoas.....	51 961	1 482 793	28,5	36 156	1 373 363	92,62	69,58	37,98
Sergipe.....	42 769	1 111 645	26,0	38 084	1 079 665	97,12	89,04	18,34
Bahia.....	258 043	15 732 988	61,0	235 827	15 024 766	95,49	91,39	63,71
Minas Gerais.....	265 559	36 633 521	137,9	243 606	34 138 801	93,19	91,73	140,13
Espírito Santo.....	44 170	2 524 873	57,2	40 912	2 379 395	94,23	94,62	58,15
Rio de Janeiro.....	40 652	3 177 395	78,2	35 610	2 891 422	90,99	87,59	81,19
Distrito Federal.....	45 206	41 331	7,9	2 807	28 337	68,56	53,91	10,00
São Paulo.....	221 611	19 007 582	85,8	157 799	17 366 781	91,36	71,20	110,05
Paraná.....	89 461	8 032 743	89,8	70 041	6 982 683	86,92	78,29	99,69
Santa Catarina.....	104 429	5 318 262	50,9	94 057	4 886 534	91,88	90,06	51,95
Rio Grande do Sul.....	286 733	22 069 375	77,0	227 340	16 434 021	74,46	79,28	72,28
Mato Grosso.....	16 015	29 016 613	1 811,8	12 601	25 296 454	87,17	78,68	2 007,49
Goiás.....	63 736	24 588 115	385,8	40 604	20 347 704	82,85	63,70	501,12

FONTE: Censo Agrícola de 1950 — Cálculos por CARLOS SEBASTIÃO DE MELO MATOS.

ANEXO II

Distribuição dos estabelecimentos agrícolas, por classes de área (Censo de 1950)

PAÍS E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Área média dos estabelecimentos	ESTABELECIMENTOS SEGUNDO CLASSES DE ÁREA							
		Menos de 5 hectares		5 a menos de 50 hectares		50 a menos de 500 hectares		500 hectares a mais	
		% sobre o número total	% sobre a área total	% sobre o número total	% sobre a área total	% sobre o número total	% sobre a área total	% sobre o número total	% sobre a área total
<b>BRASIL</b> .....	113	22,3	0,5	52,5	4,5	21,8	27,7	3,4	62,3
Rondônia.....	1 309	13,0	0,03	34,5	0,4	36,0	4,4	16,4	95,1
Acre.....	5 231	8,6	0,0	49,4	0,1	19,3	0,6	22,7	99,3
Amazonas.....	388	21,9	0,1	49,7	1,9	17,3	6,3	11,1	91,7
Rio Branco.....	1 339	6,9	0,01	1,7	0,01	25,8	5,4	60,9	44,2
Pará.....	110	26,8	0,5	56,2	10,5	15,0	16,6	2,0	72,4
Amapá.....	1 617	1,3	0,00	6,8	0,1	20,5	2,7	67,4	69,9
Maranhão.....	100	72,2	1,5	13,7	2,0	9,9	18,7	4,2	77,8
Piauí.....	231	1,29	0,1	37,9	3,5	40,2	28,6	9,0	67,8
Ceará.....	120	12,1	0,3	48,1	8,8	35,9	43,7	3,9	47,2
Rio Grande do Norte.....	112	20,1	0,5	49,1	8,7	27,3	36,2	3,5	54,6
Paraíba.....	52	31,8	1,6	51,5	16,5	15,1	39,1	1,6	42,7
Pernambuco.....	30	55,3	4,4	36,0	18,5	7,8	36,9	0,9	40,2
Alagoas.....	29	55,7	4,3	36,0	18,3	7,3	35,7	1,0	41,7
Sergipe.....	26	53,0	4,1	37,7	23,1	8,6	45,6	0,7	27,2
Bahia.....	63	27,7	1,2	52,6	15,5	18,0	37,4	1,7	45,9
Minas Gerais.....	138	9,6	0,2	50,1	8,3	35,6	39,1	4,7	52,4
Espírito Santo.....	58	2,3	0,1	62,7	26,7	34,2	58,6	0,8	14,6
Rio de Janeiro.....	78	20,8	0,8	54,1	13,8	22,5	42,6	2,6	42,8
Distrito Federal.....	8	62,7	13,8	35,6	50,0	1,6	23,9	0,1	12,3
São Paulo.....	86	14,7	0,6	59,4	14,4	23,2	38,1	2,7	47,0
Paraná.....	90	7,3	0,3	62,7	16,2	28,0	39,5	2,0	44,0
Santa Catarina.....	51	8,9	0,5	73,0	30,1	17,0	35,8	1,1	33,6
Rio Grande do Sul.....	77	5,9	0,2	74,9	20,0	16,6	27,8	2,6	52,0
Mato Grosso.....	388	0,8	0,1	31,1	2,1	45,6	24,2	15,3	73,6
Goiás.....	1 816	3,8	0,0	25,6	0,3	31,1	3,3	39,5	96,4

FONTE: de Conjuntura Econômica, março, 1957.

## BIBLIOGRAFIA

NOTA — O assunto focalizado no presente artigo é vasto e uma bibliografia a mais completa possível seria inviável. Acresce que não tratamos no presente artigo de aspectos particulares da produção agrícola e pastoril brasileira. Limitamo-nos, pois, a relacionar apenas as obras de interesse mais amplo, quer de caráter geral, regional ou especial, quer as que foram por nós citadas no texto.

## 1 — ESTUDOS GERAIS

- Anuário Estatístico do Brasil*, ano XVII, IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Rio de Janeiro, 1956.
- AMARAL (Luís), *História Geral da Agricultura Brasileira no Tríplex Aspecto Político-Social-Econômico*, 3 vols., Companhia Editora Nacional, Rio de Janeiro, 1940.
- ANTONIL (André João), *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, com um estudo bio-bibliográfico por AFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY, 280 pp., Companhia Melhoramentos de São Paulo, São Paulo, 1945.
- BRANDT (Dr. B.), "Geografia Cultural do Brasil", separata do *Boletim Geográfico*, n.ºs 16-23, junho 1944 — fevereiro 1945, 111 pp., com ilustrações, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro.
- CAMARGO (José Francisco), "Êxodo Rural no Brasil", ensaio sobre suas formas, causas e consequências econômicas principais, 233 pp., *Boletim* n.º 1, "Economia Política e História das Doutrinas Econômicas" — n.º 1, Faculdade de Ciências Econômicas e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1957.
- CARLI (Gileno De), "Geografia Econômica e Social da Cana-de-Açúcar no Brasil", em *Boletim Geográfico*, ano VII, n.º 61, abril, pp. 8 a 33 — Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1948.
- CARNEIRO (J. Fernando), *Imigração e Colonização no Brasil*, 73 pp., com ilustrações, publicação avulsa n.º 2, cadeira de Geografia do Brasil, Faculdade Nacional de Filosofia, Rio de Janeiro, 1950.
- Conjuntura Econômica, Análise de 1956*, ano XI, n.º 2, fevereiro, Rio de Janeiro, 1957.
- Conselho Nacional de Economia, Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil, 1952*, 195 pp., Rio de Janeiro, 1953.
- DEFFONTAINES (Pierre), "Geografia Humana do Brasil", separata da *Revista Brasileira de Geografia*, ano I, n.ºs 1, 2 e 3, 116 pp., com ilustrações, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1940.
- DENIS (Pierre), *Le Brésil au XX.º siècle*, 7.º tirage, 312 pp., Lib. Armand Colin, Paris, 1928.
- GOUROU (Pierre), *Les pays tropicaux*, 2.ª edição, 196 pp., com ilustrações, Presses Universitaires de France, Paris, 1948.
- LANNOU (Maurice Le), *Le Brésil*, 224 pp., com ilustrações, Col. Armand Colin, Librairie Armand Colin, Paris, 1955.
- LIMA (Rui Cirne), *Pequena História Territorial do Brasil*, 2.ª edição, 112 pp., Livraria Sulina. Pôrto Alegre, 1954.

- MONBEIG (Pierre), 1) *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*, 292 pp., com ilustrações, Livraria Martins, São Paulo, 1940. 2) *Le Brésil*, 128 pp., com ilustrações. Col. "Que sais-je?", Presses Universitaires de France, Paris, 1954.
- OLIVEIRA (Américo L. Barbosa de), *O Desenvolvimento Planificado da Economia Brasileira*, 121 pp., Estudos Brasileiros de Economia, monografia n.º 1, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1946.
- OLIVEIRA VIANA (F.J.), *Evolução do Povo Brasileiro*, 2.ª edição, 327 pp., Col. Brasileira, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1933.
- PAIVA (Rui Miller), *Problemas da Agricultura Brasileira*, 122 pp., série Estudos Brasileiros, n.º 7, Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1954.
- PRADO JÚNIOR (Caio), *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, 2.ª edição 368 pp., Col. "Grandes Estudos Brasilienses", Editôra Brasiliense Ltda., São Paulo, 1945.
- VI Recenseamento Geral do Brasil, 1 — *Série Nacional, Censo Agrícola*, vol. 2, IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Rio de Janeiro, 1956. 2 — *Série Regional*, 30 vols., 44 tomos, IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Rio de Janeiro, 1955-56.
- SMITH (T. Lynn), *Brazil: People and Institutions*, 843 pp., com ilustrações, Louisiana State University Press, Baton Rouge, 1946.
- WAIBEL (Leo), "As Zonas Pioneiras do Brasil", em *Revista Brasileira de Geografia*, ano XVII, n.º 4, outubro-dezembro, pp. 389-417, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1955.

## II — ESTUDOS REGIONAIS

- AB'SÁBER (Aziz Nacib), "Paisagens e problemas rurais da região de Santa Isabel", em *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 10, São Paulo, março de 1952.
- AB'SÁBER (Aziz Nacib) e BERNARDES (Nilo), *Livret-guide n.º 4 — Vallée du Paraíba, Serra da Mantiqueira et Région de São Paulo*, trad. par ANNETTE et FRANCIS RUELLAN, 278 pp., com ilustrações, Union Géographique Internationale, Comité National du Brésil, Rio de Janeiro, 1956.
- ALMEIDA (Fernando Marques Flávio de) e LIMA (Miguel Alves de), *Excursion Guidebook n.º 1 — The West Central Plateau and Mato Grosso "Pantanal"*, trans. by RICHARD P. MOMSEN JR. 129 pp., com ilustrações, International Geographical Union, Brazilian National Committee, Rio de Janeiro, 1956.
- ALONSO (Delnida Martínez), "Notas para o Estudo do Núcleo Colonial de Santa Cruz (Secção Piranema)" em *Boletim Carioca de Geografia*, ano VIII, n.ºs 1 e 2, Rio de Janeiro, 1955.
- ARAÚJO FILHO (J. R.), "A Baixada do Rio Itanhaém — Estudo de Geografia Regional", 74 pp., com ilustrações, *Boletim* n.º 116, *Geografia* n.º 5, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1951.
- BARROS (Sousa), *Êxodo e Fixação — Sugestões para uma Política de Colonização e Aldeamento no Nordeste*, 206 pp., com ilustrações, série Estudos Brasileiros n.º 5, Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1953.
- BERNARDES (Lysia Maria Cavalcanti) 1) "O Problema das Frentes Pioneiras no Estado do Paraná", em *Revista Brasileira de Geografia*, ano XV, n.º 3, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, julho-setembro de 1953. 2) *Livret-Guide n.º 5 — Plaine littorale et Région Sucrière de l'Etat de Rio de Janeiro*, trad. PIERRE et JULIETTE MONBEIG, 187 pp., com ilustrações, Union Géographique Internationale, Comité National du Brésil, Rio de Janeiro, 1956.

- DIÉGUES JÚNIOR (Manuel), "Bases Econômicas e Sociais na Formação das Alagoas" em *Boletim Carioca de Geografia*, ano VI, n.º 1 e 2, Rio de Janeiro, 1953.
- DOMINGUES (Alfredo José Pôrto) e KELLER (Elza Coelho de Sousa), *Livret-Guide n.º 6 — Bahia*, trad. par MICHEL ROCHEFORT et REGINA ROCHEFORT, 254 pp., com ilustrações, Union Géographique Internationale, Comité National du Brésil, Rio de Janeiro, 1956.
- FRANÇA (Ari), 1) "A Ilha de São Sebastião; Estudo de Geografia Humana", 195 pp., com ilustrações, *Boletim 178, Geografia n.º 10*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1954. 2) *Guide de l'Excursion n.º 3 — La route du café et les fronts pionniers*, trad. par NICOLE LÉPINE, 269 pp., com ilustrações, Union Géographique Internationale, Comité National du Brésil, Rio de Janeiro, 1956.
- GEIGER (Pedro Pinchas), "Região Setentrional da Baixada Fluminense", em *Revista Brasileira de Geografia*, ano XVIII, n.º 1, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, janeiro-março de 1956.
- GEIGER (Pedro Pinchas) e MESQUITA (Myriam Gomes Coelho), *Estudos Rurais da Baixada Fluminense (1951-53)*, 208 pp., com ilustrações, publicação n.º 12, série A, Biblioteca Geográfica Brasileira, IBGE, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1956.
- GOUROU (Pierre), "Observações Geográficas na Amazônia", em *Revista Brasileira de Geografia*, ano XI, n.º 3, julho-setembro, pp. 354 a 408; ano XII, n.º 2 abril-junho, pp., 171 a 250, Rio de Janeiro, 1949-1950.
- GUERRA (Antônio Teixeira), 1) *Estudo Geográfico do Território do Amapá*, 366 pp., com ilustrações, publicação n.º 10, série A, Biblioteca Geográfica Brasileira, IBGE, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1954. 2) *Estudo Geográfico do Território do Acre*, 294 pp., com ilustrações, publicação n.º 11, série A, Biblioteca Geográfica Brasileira, IBGE, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1955.
- JAMES (Preston E.), "The changing pattern of population in São Paulo State, Brazil", em *The Geographical Review*, vol. XXVIII, n.º 3, Nova York, July, 1938.
- KELLER (Elza Coelho de Sousa), "Características humanas e econômicas das regiões do Meio-Norte in *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros — III volume — Grande Região Nordeste (O Meio-Norte)*, planejada e orientada por JURANDIR PIRES FERREIRA, 444 pp., com ilustrações, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1957.
- MATOS (Dirceu Lino de), "Bases Geográficas da Vida Econômica no Vale do Itapicuru (Maranhão)", em *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 7, São Paulo, março de 1950.
- MELO (Mário Lacerda de), 1) "Serra Negra, uma "Ilha" da Caatinga", em *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, vol. 7, tomo 1, 1952-1953, São Paulo, 1955. 2) *Livret-Guide n.º 7 — Nord-Est*, 256 pp., com ilustrações, Union Géographique Internationale, Comité National du Brésil, Rio de Janeiro, 1956. 3) "A Região Ribeirinha do Médio Cuiabá — Estudo de Geografia Humana", relatório apresentado por MÁRIO LACERDA DE MELO, orientador geral das pesquisas de campo, em *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, volume 7, tomo 2, 1952-1953, São Paulo, 1957. 4) *Aspectos do Habitat no Nordeste do Brasil* (inédito, a ser publicado nos "Anais da XII Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros").
- MONBEIG (Pierre), *Pionniers et Planteurs de São Paulo*, 376 pp., com ilustrações, Lib. Armand Colin, Paris, 1952.
- MÜLLER (Nice Lecoq), "Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná", em *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 22, São Paulo, março de 1956.

- PETRONE (Pasquale), 1) "Aspectos Geográficos e Problemas da Região de Corumbataí" em *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 11, São Paulo, julho de 1952. 2) "Contribuição ao Estudo da Região do Cariri, no Ceará, em *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 19, São Paulo, março de 1955. 3) "A Zona Rural de Cuiabá, relatório apresentado por PASQUALE PETRONE, orientador geral das pesquisas de campo, em *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, vol. 7, tomo 2, 1952-1953, São Paulo, 1957.
- SAINT-HILAIRE (Auguste de), *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás*, 2 vols., trad. por CLADO RIBEIRO DE LESSA, Coleção Brasiliana, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1944.
- SANTOS (Lindalvo Bezerra dos), "Considerações sôbre Alguns Problemas do Nordeste", *Boletim Carioca de Geografia*, ano V, n.ºs 3 e 4, pp. 13 a 24, Rio de Janeiro, 1952.
- SANTOS (Milton Almeida dos), *Zona do Cacau. Introdução ao Estudo Geográfico*, 114 pp., com ilustrações, S.A. Artes Gráficas Salvador, 1955.
- SOARES (Lúcio de Castro), *Excursion Guidebook n.º 8 — Amazonia*, trans. by RICHARD P. MOMSEN JR. 216 pp., com ilustrações, International Geographical Union, Brazilian National Committee, Rio de Janeiro. 1956.
- SODRÉ (Nélson Werneck), *Oeste; Ensaio sôbre a Grande Propriedade Pastoral*, vol. 31, 206 pp., Col. Documentos Brasileiros, José Olímpio Editôra, Rio de Janeiro, 1941.
- SOUSA BARROS, *Êxodo e Fixação; Sugestões para uma Política de Colonização e Aldeamento no Nordeste*, vol. 5, 206 pp., Col. Documentos Brasileiros, Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro, 1953.
- STRAUCH (Ney), *Livret-Guide n.º 2, Zone Métallurgique de Minas Gerais et Vallée du Rio Doce*, trad. par LUCIEN POUESSEL, 161 pp., com ilustrações, Union Géographique Internationale, Comité National du Brésil, Rio de Janeiro, 1956.
- VALVERDE (Orlando), 1) "Excursão à Região Colonial Antiga do Rio Grande do Sul", em *Revista Brasileira de Geografia*, ano X, n.º 4, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, outubro-dezembro de 1948. 2) "O Sertão e as Serras — O Centro-Norte do Ceará" — Estudos Geográficos para a Localização de u'a Missão Rural", em *Boletim Carioca de Geografia*, ano V, n.ºs 3 e 4, Rio de Janeiro, 1952. 3) "Relatório Técnico da Excursão ao Rio Grande do Norte", em *Boletim Carioca de Geografia*, ano VI, n.ºs 3 e 4, Rio de Janeiro, 1953. 4) "Reconhecimento Geográfico no Município de Pompeu, Minas Gerais", em *Boletim Carioca de Geografia*, ano VIII, n.ºs 1 e 2, Rio de Janeiro, 1955. 5) *Livret-Guide n.º 9, Plateau Meridional*, trad. par MICHEL et REGINA ROCHEFORT, 298 pp., com ilustrações, Union Géographique Internationale, Comité National du Brésil, Rio de Janeiro, 1956.

### III — ESTUDOS ESPECIAIS

- ARAÚJO FILHO (J. R. de), "O Café, Riqueza Paulista, em *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 23, São Paulo junho de 1956.
- BATISTA FILHO (Olavo), *A Faenda de Café em São Paulo*, 32 pp., com ilustrações. Documentário da vida rural n.º 2, Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro, 1952.
- BERNARDES (Lysia Maria Cavalcanti), "Cultura e Produção do Arroz no Sul do Brasil", em *Revista Brasileira de Geografia*, ano XVI, n.º 4, Rio de Janeiro, outubro-dezembro de 1954.
- BORGES (Tomás Pompeu Acióli), "A Estrutura Agrária do Estado de São Paulo", em *Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*, Sociedade Brasileira de Sociologia, São Paulo, 1955.

- CALDEIRA (Clóvis), 1) *Fazenda de Cacau na Bahia*, 58 pp., com ilustrações. Documentário da vida rural, n.º 7, Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro, 1954. 2) *Arrendamento e Parceria no Brasil*, 66 pp., Comissão Nacional de Política Agrária, Rio de Janeiro, 1955.
- Comissão Nacional de Política Agrária*, 1) *Os Problemas da Terra no Brasil e na América Latina*. Documentário e conclusões do Seminário Latino-Americano sobre o Problema da Terra, 258 pp., Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1954. 2) *Aspectos Rurais Brasileiros*. Resultados numéricos do inquérito municipal realizado em colaboração com o IBGE, 168 pp., Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1955.
- Conjuntura Econômica, Evolução da Propriedade Rural no Brasil*, ano IX, n.º 3, Rio de Janeiro, 1955.
- CORREIA FILHO (Virgílio), *Fazendas de Gado no Pantanal Mato-Grossense*, 62 pp., com ilustrações. Documentário da vida rural, n.º 10, Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro, 1955.
- DIÉGUES JÚNIOR (Manuel), *O Engenho de Açúcar no Nordeste*, 68 pp., com ilustrações. Documentário da vida rural n.º 1, Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro, 1952.
- DOMINGUES (Alfredo José Pôrto) e KELLER (Elza Coelho de Sousa), *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros — Grande Região Nordeste (O Meio-Norte)*, vol. 3 444 pp., com ilustrações, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1957.
- EGLER (Walter Alberto), 1) "Problemas Agrários do Brasil" em *Boletim Carioca de Geografia*, ano IV, n.ºs 2, 3 e 4, Rio de Janeiro, 1951. 2) "Posição do Brasil no Desenvolvimento Cultural Geográfico do Novo Mundo", comentário ao artigo de GOTTFRIED PFELFFER, em *Boletim Carioca de Geografia*, ano V, n.ºs 1 e 2, Rio de Janeiro, 1952. 3) "Aspectos Geográficos da Cultura de Cacau na Bahia", em *Boletim Carioca de Geografia*, ano VI, n.ºs 1 e 2, Rio de Janeiro, 1953. 4) "O Uso da Terra na Bacia Paraná-Uruguaí, em *Condições Geográficas e Aspectos Geoeconômicos da Bacia Paraná-Uruguaí*, estudo elaborado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, vol. 1, 472 pp., com ilustrações. Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, São Paulo, 1955.
- ENJALBERT (Henri), "Problemas de ocupação do solo em país novo" em *Boletim Geográfico*, ano XII, n.º 127, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, julho-agosto de 1955.
- GALVÃO (Roberto), "Aspectos Gerais de Algumas Fazendas no Município de Amapá, em *Boletim Carioca de Geografia*, ano VII, n.ºs 3 e 4, Rio de Janeiro, 1954
- JAMES (Preston), 1) "Patterns of land use in Northeast Brazil", em *Annals of American Geographers*, vol. XLIII, n.º 2, Washington, June, 1953. 2) "Trends in Brazilian Agricultural Development", em *The Geographical Review*, New York, July, 1953.
- LIMA (Miguel Alves de), "Cruz das Almas e Arapiraca, Duas Zonas Produtoras de Fumo (estudos preliminares)", em *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, vol. 7, tomo 1, 1952-1953, pp. 207 a 242, São Paulo 1955.
- LIMA (Rubens Rodrigues), "Agricultura nas Várzeas do Estuário do Amazonas" em *Boletim Tec. do IAN*, n.º 33, 164 pp., Belém, 1956.
- MACEDO (José Norberto), *Fazenda de Gado no Vale do São Francisco*, 70 pp., com ilustrações. Documentário da vida rural, n.º 3, Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro, 1952.
- MARTINEZ (Blás Berlanga), *Alguns Problemas Agrários da Bacia Paraná-Uruguaí*, estudo elaborado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, vol. 1, 472 pp., com ilustrações, Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, São Paulo, 1955.

- MAURETTE (Fernand), *Some Social Aspects of Present and Future Economic Development in Brazil*, 99 pp., International Labour Office, Genova 1937.
- MEIJER (Dr. H.), *Rural Brazil at the crossroads*, 209 pp., H. Veenman & Zonen, Wazeningen, 1951.
- MILLET (Sérgio), "O Desenvolvimento da Pequena Propriedade no Estado de São Paulo, em *Boletim Geográfico*, ano IX, n.º 97, Conselho Nacional de Geografia Rio de Janeiro, abril de 1951.
- MONBEIG (Pierre), "Les structures agraires dans la frange pionnière de São Paulo", em *Les Cahiers d'Outre Mer*, 4.<sup>ème</sup> année, n.º 13, Bordeaux janviers-mars — 1951.
- MÜLLER (Nice Lecocq), *Sítios e Sitiantes no Estado de São Paulo*, 215 pp., com ilustrações, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1951.
- PRADO JÚNIOR (Caio), 1) "Distribuição da propriedade fundiária rural no estado de São Paulo, em *Geografia*, ano I, n.º 1, São Paulo, 1935. 2) "Problemas de povoamento e pequena propriedade", em *Boletim Geográfico*, ano I, n.º 12, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, março de 1944.
- SCHMIDT (Carlos Borges), 1) "Systems of land tenure in São Paulo", em *Rural Sociology*, vol. 8, North Carolina, September, 1943. 2) *O Meio Rural; Investigações e Estudo das suas Condições Sociais e Econômicas*, 182 pp., com ilustrações, Tipografia Brasileira, São Paulo, 1946. 3) *A Vida Rural no Brasil — A Área de Paratinga, uma Amostra Representativa*, 45 pp., com ilustrações, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1951.
- STERNBERG (Hilgard O'Reilly), "Agriculture and Industry in Brazil", em *The Geographical Journal*, vol. 121, part. 4, London, December, 1955.
- VALVERDE (Orlando), 1) "O Sistema de Roças e Conservação dos Solos na Baixada Fluminense", em *Boletim Carioca de Geografia*, ano V, n.ºs 3 e 4, Rio de Janeiro, 1952. 2) "O Uso da Terra no Leste da Paraíba", em *Revista Brasileira de Geografia*, ano XVII, n.º 1, Conselho Nacional de Geografia, janeiro-março de 1955.
- WAIBEL (Leo), 1) "Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil", em *Revista Brasileira de Geografia*, ano XI, n.º 2, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, abril-junho de 1949. 2) "O que eu aprendi no Brasil", em *Revista Brasileira de Geografia*, ano XII, n.º 3, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, julho-setembro de 1950. 3) "A forma econômica da "plantage" tropical", em *Boletim Geográfico*, ano XII, n.º 123, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, novembro-dezembro de 1954.

---

## SUMMARY

### GENERAL FEATURES OF BRAZILIAN FARMING IN THE MIDDLE OF THE 20<sup>th</sup> CENTURY

This study deals with agricultural occupation of the soil in Brazil, its characteristics and problems. The article is divided into five parts: 1. General features of crop- and stock-farming economy; 2. Real estate structure and land development; 3. Factors shaping the agrarian institutions; 4. Ways of land use; 5. Development of farmland and difficulties thereof.

To begin with, a general discussion of Brazilian farming enables the author to make use of statistical data in order to stress not only the importance of this activity in the country's economy, but also the extent to which our land is being properly made use of or not, noting at the same time the differences from one region to another. In Brazil, there are two kinds of farming: cash crops, which are represented outstandingly by the coffee, cotton, sugarcane and cacao plantations, and subsistence farming in which corn, beans and cassava (manioc) are chiefly grown.

In the second chapter the real estate structure is analysed, and the large estate is seen to be exceptionally prevalent, though in most cases it is by no means fully developed. In quantity, however, the small farms are in the majority. The author then proceeds to define

qualitatively, what he means by large, medium and small holdings. Further on, he describes the cattle ranches and large-scale commercial crop farms, classing them according to the organization of labour and explaining the different work systems adopted. It is also observed that in Brazil there is a relationship between the structure of landed property and the type of vegetation; thus on the open range the large cattle ranches are the rule, while in the wooded areas large farms alternate with small ones (*sítios*).

In the following chapter, there is yet another opportunity of noting the influence of the European settlers on land tenure, organization of labour and ways of land use.

In another part the means of land use are discussed in a comparison between the various systems of farming, and to this end a distinction can be made between: small subsistence farming, small crop-farming, large-scale crop-farming and stock-raising. Traditional methods are dominant features of the agrarian landscape, and improved systems only appear here and there in the background, in most cases having developed out of the former.

Finally, in the last chapter the author poses the problems of the country's rural economy, stressing those that are the product of economic factors of a general nature, which reflect in turn on those that are intrinsic to farming strictly so called, i.e. agrarian structure, organization of landed property and extensive systems employed.

Statistical tables are annexed to the article showing the distribution of farms according to states and territories.

---

## RÉSUMÉ

### CARACTÉRISTIQUES GÉNÉRALES DE L'AGRICULTURE BRÉSILIENNE AU MILIEU DU XX<sup>ème</sup> SIECLE

Cette étude traite de l'agriculture au Brésil, de ses caractéristiques et de ses problèmes. Le travail se divise en cinq parties: 1. Caractéristiques générales de l'économie agricole et de l'élevage du bétail; 2. Structure de la propriété foncière et régime d'exploitation de la terre; 3. Facteurs de formation des institutions agraires; 4. Manière d'utiliser la terre; 5. Mise en valeur de l'étendue agricole et ses difficultés.

D'abord, des considérations générales sur l'agriculture brésilienne permettent à l'auteur d'utiliser des données statistiques pour faire ressortir non seulement l'importance de cette activité dans l'économie du pays mais aussi pour montrer les proportions dans lesquelles nos terres sont ou non convenablement mises en valeur suivant leurs différences régionales. On peut distinguer deux types de culture au Brésil: la commerciale, qui comporte principalement le café, le coton, la canne à sucre et le cacao, et celle de subsistance où on fait surtout pousser le maïs, les haricots et le manioc.

Au second chapitre on passe à l'analyse de la structure de la propriété foncière qui se caractérise par la dominance de la grande propriété, bien que le plus souvent elle est loin d'être entièrement exploitée. Cependant, les petites fermes sont plus nombreuses. Puis, l'auteur définit ce qu'il entend par grande, petite, et moyenne propriété. Enfin, il explique les différences entre les caractéristiques des *fazendas* (grandes propriétés rurales) d'élevage et celles de cultures commerciales à grande échelle, en les classant d'après l'organisation du travail et en expliquant les différents systèmes d'exploitation. Il fait encore observer que sur notre territoire il y a un lien entre la structure foncière et le type de la végétation, d'où il résulte que dans la campagne ouverte il y a prédominance de grandes fermes de pâturage et que dans les régions boisées on trouve tour à tour la grande et la petite ferme (*sítio*).

Dans le chapitre suivant, on constate encore une fois l'influence des colonisateurs européens sur le régime foncier, l'organisation de travail et les façons d'exploiter la terre.

La mise en valeur de la terre est étudiée par la suite et on distingue: la petite culture de subsistance, la petite culture commerciale, la grande culture commerciale et l'élevage du bétail. Les moyens traditionnels prédominent encore dans l'ensemble agraire brésilien faisant passer en second plan les systèmes améliorés, qui en sont pour la plupart originaires.

En conclusion, l'auteur présente dans son dernier chapitre, les problèmes de l'économie rurale du pays, faisant ressortir ceux qui résultent des facteurs économiques d'ordre général qui, à leur tour se reflètent dans ceux qui appartiennent à l'agriculture proprement dite, c'est-à-dire: la structure agraire, l'organisation de la propriété foncière et l'emploi de méthodes extensives.

On trouvera annexé à cet ouvrage une table statistique des matières indiquant la distribution des établissements agricoles suivant les États et territoires de la fédération brésilienne.

---